

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL**

**O TRABALHISMO DE ALBERTO PASQUALINI:  
ENTRE A ORDEM E A REFORMA?**

**MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO**

**Viviane Bandinelli**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2011**

# **O TRABALHISMO DE ALBERTO PASQUALINI: ENTRE A ORDEM E A REFORMA?**

**por**

**Viviane Bandinelli**

Monografia de Pós Graduação apresentado no Curso de Especialização em História do Brasil, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em História do Brasil.**

**Orientador: Prof. Diorge Alceno Konrad**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**23 de fevereiro de 2011**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Sociais e Humanas  
Curso de Especialização em História do Brasil**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Monografia de Pós-Graduação

**O TRABALHISMO DE ALBERTO PASQUALINI: ENTRE A  
ORDEM E A REFORMA?**

elaborada por  
**Viviane Bandinelli**

Como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em História do Brasil**.

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Diorge Alceno Konrad, Dr.**  
(Presidente/Orientador)

---

**Sérgio Alfredo Massen Prieb, Dr.**  
(1º Membro Titular)

---

**João Rodolpho do Amaral Flores, Dr.**  
(2º Membro Titular)

**Gláucia Vieira Konrad**  
(Membro Suplente)

**Santa Maria, 23 de fevereiro de 2011.**

## **AGRADECIMENTOS**

*Gostaria de agradecer primeiramente ao meu orientador, Diorge Alceno Konrad, que mais uma vez teve a generosidade e paciência de me auxiliar na feitura desta monografia.*

*Aos professores João Rodolpho, Sérgio Prieb e Glaucia Konrad pela gentileza de fazerem parte da banca examinadora.*

*Agradecer especialmente ao meu amigo, colega e companheiro de curso, André Mossate Jobim, que não poupa esforços para estender a mão e ajudar quando for preciso.*

*Aos queridos amigos Nielle Rodrigues Villanova, Cirilo Nunes da Silva e Bruno Emílio Moraes, pelo companheirismo e amizade sincera.*

*Às minhas irmãs, Cristina e Valquíria, sem as quais seria quase impossível a conclusão da Pós-Graduação.*

*Aos meus amados pais, Antonio e Maria, pelo apoio incondicional às escolhas que faço.*

*Que todos, portanto, pensem e meditem, enquanto é possível mudar o curso das águas.  
Mas se não o fizermos corajosa e resolutamente, enfrentando os obstáculos e  
interesses, não tenhamos dúvida, seremos todos tragados na mesma voragem.*

*Alberto Pasqualini*

## **RESUMO**

Monografia de Pós-Graduação  
Curso de Especialização em História do Brasil  
Universidade Federal de Santa Maria

### **O TRABALHISMO DE ALBERTO PASQUALINI: ENTRE A ORDEM E A REFORMA?**

AUTORA: VIVIANE BANDINELLI

ORIENTADOR: DIOERGE ALCENO KONRAD

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 23 de fevereiro de 2011.

O presente trabalho realiza um estudo sobre o trabalhismo brasileiro, mais especificamente, sobre o trabalhismo a partir da visão de Alberto Pasqualini. O qual foi responsável pelo desenvolvimento da teoria trabalhista como uma doutrina com propósitos de modificar a estrutura social brasileira, tendo o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) como instituição política capaz de veicular a ideologia trabalhista. Além disso, através da conceituação do trabalhismo, o trabalho converge para a discussão sobre o populismo, categoria histórica bastante debatida na historiografia brasileira.

Palavras-Chaves: Pasqualini, trabalhismo, PTB, populismo.

## **ABSTRACT**

**Monograph of Masters Degree  
Course of Specialization in History of Brazil  
Universidade Federal de Santa Maria**

### **THE LABOR OF ALBERTO PASQUALINI: BETWEEN ORDER AND REFORM?**

**AUTHOR: VIVIANE BANDINELLI**

**ADVISOR: DIOERGE ALCENO KONRAD**

**Date and Place of the Defense: Santa Maria, 23 of February of 2011.**

This paper performs a study on the Brazilian Labor, more specifically, about the work from the sight of Alberto Pasqualini. Who was responsible for developing the labor theory as a doctrine for purposes of modifying the Brazilian social structure, and the Labor Party (PTB) as a political institution capable of conveying the labor ideology. In addition, through the conceptualization of labor, the work converges to the discussion on populism, much debated historical category of historiography.

Key-words: Pasqualini, labor, PTB, populism.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>CAPÍTULO I - CONCEITOS DE TRABALHISMO</b> .....	12
<b>1.1. Considerações Iniciais</b> .....	12
<b>1.2. Angela de Castro Gomes</b> .....	13
<b>1.3. Jorge Ferreira</b> .....	20
<b>CAPÍTULO II - O TRABALHISMO EM ALBERTO PASQUALINI</b> .....	27
<b>2.1. O Trabalhismo de Pasqualini</b> .....	27
<b>2.2. Diretrizes Fundamentais do Trabalhismo</b> .....	29
<b>2.3. Objetivos do Trabalhismo</b> .....	36
<b>CAPÍTULO III - O PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (1945-1964)</b> .....	42
<b>3.1. A Fundação do Partido Trabalhista Brasileiro</b> .....	43
<b>3.2. O PTB Após 1954</b> .....	48
<b>3.3. A Relação Entre Pasqualini e Vargas no PTB Sul-Riograndense</b> .....	51
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	56
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	58
<b>Referências</b> .....	58
<b>Bibliografia Complementar</b> .....	60



## INTRODUÇÃO

Esta monografia é resultado de uma pesquisa elaborada ao longo do curso de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal de Santa Maria. Tem como objetivo resgatar a História Política entre os anos de 1945 a 1964, a partir da categoria histórica do trabalhismo. Mais especificamente, do trabalhismo segundo uma ideologia pensada por Alberto Pasqualini e articulada pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O recorte foi feito em vista de o autor ser o pioneiro na escrita da ideologia trabalhista e, também, pelo PTB, ao longo de sua História, ter assumido esse projeto. A monografia visa, além disso, ir de encontro a recortes historiográficos que frisam somente a fragilidade dos partidos e de seus programas políticos.

A escolha por esta categoria explicativa se dá, também, com o objetivo de enriquecer os debates a respeito da historiografia sobre o que se convencionou chamar de populismo. Apesar de ser um conceito largamente aceito, os fervorosos debates sobre o populismo sugerem seu esgotamento como categoria explicativa para os anos entre 1930-1964 na História Política do Brasil.<sup>1</sup> As críticas se dão sob dois aspectos: por ser um termo extremamente genérico que aborda diferentes contextos e temporalidades históricas e; por compreender categorias bastantes questionadas, tais como, manipulação estatal sobre organização operária, falta de consciência de classe, demagogia e traição de líderes pequeno-burgueses, desvio histórico, entre outros. Essa historiografia, parte do pressuposto de que os *movimentos sociais*, *os partidos políticos* e *os governos populistas*, seriam fenômenos políticos produzidos pela incapacidade das sociedades latino-americanas realizarem a democracia representativa, segundo o modelo europeu ou norte-americano. Dessa forma os governos populistas seriam, de certo modo, “desvios” dentro do processo histórico. Caracterizados por um Estado opressivo e manipulador, por uma inexistente consciência da classe operária e de uma sociedade civil incapaz de produzir instituições sólidas, a exemplo dos partidos políticos.

Em vista dessa problemática, desde a década de 1970, vários autores vêm tentando solidificar, na historiografia brasileira, uma perspectiva alternativa de interpretação daquele período, pelo viés do trabalhismo.

---

<sup>1</sup> Para uma leitura mais aprofundada sobre as discussões a respeito do conceito de populismo indico minha monografia de graduação “A historiografia de Jorge Ferreira e a crítica ao populismo”.

No entanto, a definição sobre trabalhismo, por sua vez, ainda é muito discutida, diversificando opiniões e interpretações históricas do conceito. Autoras como Angela de Castro Gomes e Maria Celina D'Araújo o defendem como um projeto político do governo Vargas na tentativa de preservação do poder em vista da queda do Estado Novo. Um arranjo político capaz de arregimentar e organizar a popularidade de Vargas junto aos assalariados. Já para autores como Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Delgado Neves, o trabalhismo representaria um conjunto de experiências econômicas políticas, ideológicas e culturais vivenciadas e partilhadas pelos trabalhadores, que, foi capaz de instrumentalizá-los na “emancipação” política e, conseqüentemente, na conquista da cidadania. Para Pasqualini, no entanto, o trabalhismo representou um programa, uma doutrina social, um meio de luta oferecida aos trabalhadores e também uma alternativa política entre o capitalismo e o comunismo.

Dessa forma, a questão central que norteará a monografia se dividirá sob os seguintes aspectos: o trabalhismo de Pasqualini como uma forma alternativa que os trabalhadores tiveram para interagir com o Estado, mas também o trabalhismo como um projeto apresentado por instituições, como o Estado e o PTB, e a apropriação e a resignificação dessa ideologia por parte do PTB.

Apesar da utilização desses organismos para construir nossa análise, o que se procura não é fazer uma história das instituições, uma história verticalizada, pelo contrário, a tentativa é de desconstruir as generalizações que tratam o PTB como um partido do governo e o trabalhismo como um projeto idealizado pela mentalidade maquiavélica de Getúlio Vargas.

Esta monografia pretende, portanto, apresentar outra face dessas instituições. Através do trabalhismo pasqualinista, assumido pelo PTB, pretende-se resgatar também a participação histórica dos trabalhadores. Pois, se o trabalhismo teve larga aceitação pela classe assalariada, é porque havia identificação com a ideologia.

Portanto, se o trabalho de um historiador converge para o pretérito interligando-o com o presente, suscitando, desta forma, novas interpretações e alternativas de maneira a colaborar com a historiografia, é isso que se propõe na presente monografia. Para tanto, se pretende realizar uma abordagem social e cultural da política, utilizando como referencial a perspectiva da nova história política.

Atualmente, a história política tem passado por um alargamento de perspectivas. Essa renovação reforça a idéia de que a política tem uma existência própria e não é simples reflexo da ação estrutural das forças econômicas. Acusada por muito tempo de

ser uma história *factual*, elitista e de curta duração, a história política foi progressivamente perecendo. Os interesses foram voltando-se para o econômico, o social e o cultural, sobretudo com o desenvolvimento da sociologia política e do surgimento da Escola dos Annales, durante as primeiras décadas do século XX.

Destarte, foi a partir dos anos 1960 do século XX, por influência de historiadores franceses, que a história política começou a ser revalorizada. Assim, os objetivos dessa história política que se renova não são mais somente os fatos políticos tradicionais, e estes, quando tratados, o são de forma diversa. O que se busca, então, é uma história política que fuja à tradicional. Produzindo, dessa forma, uma história mais analítica, reflexiva, que integre os diversos atores sociais que fazem parte do contexto histórico pesquisado, abandonando o caráter individualista e *factual*.

Nesse sentido, diante da complexidade que envolve o processo histórico, este trabalho se propõe a apresentar um estudo introdutório do pensamento político de Alberto Pasqualini e seus reflexos na estruturação do PTB. Por consequência, procuramos situar historicamente sua ação política e doutrinária, a qual se deu, principalmente, entre os anos de 1945 a 1954. Para tanto, foram utilizadas como fonte seus discursos políticos, artigos publicados em jornais, conferências, entrevistas e pronunciamentos no Senado, principalmente apresentadas em seu livro *Bases e sugestões para uma política social*, o qual compreende toda a sua ideologia trabalhista. Além disso, foi utilizado para a feitura do trabalho o conceito de trabalhismo segundo a historiografia atual.

Desse modo, a presente monografia se dividirá em três capítulos, dos quais o primeiro apresenta o conceito de trabalhismo segundo a visão de Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, com o objetivo de demonstrar as diferentes interpretações sobre o tema e as distintas nuances incorporadas ao trabalhismo brasileiro. No segundo capítulo, se situa a ideologia trabalhista segundo Pasqualini, com a exposição de suas principais diretrizes, abordando seus objetivos e especificidades. Por fim, no último capítulo, se fará uma síntese da História do PTB, sua origem e a posterior relevância que toma a ideologia trabalhista para o Partido, assim como a influência do trabalhismo pasqualinista nos quadros petebistas do Rio Grande do Sul.

# CAPÍTULO I - CONCEITOS DE TRABALHISMO

Este capítulo tem por objetivo apresentar o conceito de trabalhismo brasileiro segundo a visão de alguns estudiosos do tema.

## 1.1. Considerações Iniciais

O trabalhismo foi um fenômeno que representou projetos políticos de mudança da realidade social do Brasil, especialmente entre os anos de 1940 e 1964. É associado ao modo de governar de Getúlio Vargas, sobretudo no final do Estado Novo, tendo como principal continuador o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) após 1945, quando se deu reabertura política.

O termo trabalhismo é conhecido mundialmente por conceituar a trajetória dos trabalhadores em busca de seus direitos econômicos, políticos e sociais. Esse movimento, datado basicamente do século XIX, incluía a luta pelo reconhecimento dos sindicatos enquanto interlocutores legítimos da defesa do direito de representação política dos trabalhadores e a criação de partidos de trabalhadores.

O caso mais célebre foi o trabalhismo inglês, do qual derivou, no início do século XX, o Labour Party. No Brasil, contudo, o trabalhismo esteve sempre mais associado a uma política pública estatal do que a uma intervenção autônoma do movimento dos trabalhadores.<sup>2</sup> Contudo, a definição<sup>3</sup> sobre trabalhismo no Brasil ainda é muito polêmica dentro dos estudos contemporâneos. Apesar disso, pode-se afirmar que, diante da existência de diversificadas concepções, teve como principais características uma política nacionalista, distributivista e desenvolvimentista, fortemente influenciada pelas experiências social-democratas vividas na Europa Ocidental.

---

<sup>2</sup> Conceito extraído da obra de GOMES, Angela de Castro; D'ARAÚJO, Maria Celina de. **Getulismo e trabalhismo**. São Paulo: Ática, 1989, p. 81.

<sup>3</sup> Tanto é assim, que até hoje, a definição do que seja trabalhismo é bastante polêmica. Ele tem sido associado indistintamente a sindicalismo, a Vargas, ao Nacionalismo, ao socialismo, ao autoritarismo, a populismo e, até mesmo, a comunismo e a democracia social (Idem, p. 50).

O trabalhismo tornou-se um projeto bastante amplo, se estendendo por vários partidos políticos e segmentos da sociedade brasileira nas décadas de 1940\50\60. Segundo Lucília de Almeida Neves, o trabalhismo brasileiro foi muito mais que uma estrutura capaz de arregimentar apoio e manter Getúlio ou seus representantes no poder, ele representou uma séria perspectiva de mudanças. A busca por um sistema alternativo que levasse a uma sociedade mais justa é parte constituinte desse movimento, o qual buscou também o desenvolvimento econômico nacional. Desse modo, correspondeu não só a um programa de reformas sociais, como também em uma doutrina caracterizada por apresentar um projeto de cidadania bastante específico, no qual se mesclavam elementos da social-democracia e do assistencialismo estatal (NEVES, 2001, p. 174).

## 1.2. Angela de Castro Gomes

Em fins dos anos 70 e inícios dos 80, ocorriam mudanças nas referências intelectuais disponíveis para pensar a realidade brasileira. Naquele mesmo momento, em nível internacional, eram muitos os debates na área da História e da Ciências Sociais, o que mais tarde ficou conhecida como a “crise dos paradigmas totalizantes”. Nesse contexto, e a partir de uma dimensão teórica ligada à dimensão cultural da política, *A invenção do trabalhismo*, tese de Angela de Castro Gomes, começou a ser pensada. Seu objetivo geral era focar o movimento operário/sindical com uma interpretação histórica alternativa, iluminada pelas novas contribuições internacionais sobre a formação da classe trabalhadora, em especial as de Edward Palmer Thompson. Além disso, a autora buscava uma alternativa para a categoria *populismo* que há tempo tinha amplo domínio na explicação/definição da História Política e Social no Brasil, nos estudos do período que compreendeu os anos de 1930 a 1964, quando se constatava que “sua utilização era quase uma imposição, pelo compartilhamento já alcançado e pela falta de visões alternativas de maior trânsito” (GOMES, 2001, p. 43).

A rejeição da autora pelo uso da categoria populismo se torna explícita no momento em que ela propõe pensar as relações entre Estado e classe trabalhadora, a partir de um “*pacto trabalhista*”, tendo como momento estratégico de sua “montagem” os anos do Estado Novo. Nas palavras da autora: “Trabalhismo seria usado por mim, como uma categoria, passando a se referir a certo conjunto de idéias e práticas políticas,

partidárias e sindicais, o que poderia ser identificado para além de seu contexto de origem histórica: o Estado Novo” (Idem, p. 55).

*A invenção do trabalhismo* foi tese de doutoramento de Angela de Castro Gomes, feita a partir da análise de uma série de documentos do governo, de artigos publicados pela revista *Cultura Política* e, principalmente, dos discursos proferidos pelo ministro Marcondes Filho. Nela, a autora elaborou uma interpretação alternativa da História Política dos anos de 1930 a 1960. Essa interpretação tem como principal referência a relação construída entre o Estado e a classe trabalhadora, a partir de 1930 e seus desdobramentos durante o Estado Novo.

O período, como já foi citado, é definido pela autora como *trabalhismo*, conceito entendido por ela como um projeto político estatal, que coordenou as práticas do governo, combinando uma análise cientificista moderna e sofisticada com um articulado discurso de apelo popular, capaz de atingir certo grau de permanência no imaginário popular até os dias de hoje e, por isso, sendo identificado como parte da cultura política brasileira.

Desse modo, para Gomes, a partir de 1930, começou a delinear-se uma nova política de Estado, e no seu bojo, uma nova relação entre o Estado e a classe trabalhadora. Esse comportamento foi parte de um amplo projeto de governo que visava manter a ordem estabelecida com a constituição do novo Estado, em 1930. Esse projeto político-estatal, foi parte<sup>4</sup> do processo pelo qual a classe trabalhadora se transformou em ator político, em outras palavras, foi parte fundamental na formação da identidade da classe trabalhadora no Brasil, a qual vinha se definindo desde a Primeira República.

Tendo o Movimento de 1930 como marco, ela entende que o Estado assumiu um papel no qual garantiu o acesso a cidadania, através de políticas públicas, especialmente no que se refere à legislação social e trabalhista, estruturando-se a partir de uma ética do trabalho e da valorização da figura do trabalhador. Em outras palavras, este trabalhador era o novo modelo de cidadão<sup>5</sup>, a quem os benefícios sociais eram *oferecidos* pelo

---

<sup>4</sup> Para Gomes a formação da identidade da classe trabalhadora teve dois momentos, num primeiro momento, pré- 30, no qual era comandada pelos próprios trabalhadores e se dividiam em socialismo, comunismo e anarquismo; e num segundo momento, pós-30, comandada pelo Estado, quando surge o trabalhismo.

<sup>5</sup> O cidadão desta nova democracia, identificado por seu trabalho produtivo, não mais se definia pela posse dos direitos civis e políticos, mas justamente pela posse dos direitos sociais (SANTOS *apud* GOMES, 1994, p. 185)

Estado. O trabalhismo, portanto, teria surgido no momento em que o Ministério do Trabalho articulou políticas de mobilização.<sup>6</sup>

A nova relação entre o Estado e a classe trabalhadora repudiava a antiga relação desenvolvida na Primeira República. Nesse sentido, a questão social passou a ser uma grande marca que distinguia e legitimava os acontecimentos do pós-30. Esse novo projeto de Estado, que passou a se auto-definir como democracia social, tinha como objetivo uma “revolução dentro do regime institucional”, através da negação do liberalismo da Primeira República e seu distanciamento das questões sociais e trabalhistas.

Na visão de Gomes o Estado agora encararia a questão social como um problema a ser resolvido pelo próprio Estado. Pois dentro da lógica desse novo governo, o Estado teria a sabedoria, a generosidade e o dever de solucionar os problemas que afligiam os trabalhadores, através da adoção de uma legislação social pensada, “doada” e sancionada pelo poder público.<sup>7</sup>

Portanto, logo após 1930, iniciou-se um período no qual foram promulgadas as principais leis<sup>8</sup> que passariam a regular as relações de trabalho no Brasil. Foi, segundo a autora, um “período chave” para a elaboração da legislação social, que dava início a uma nova política de governo na qual se assentou as bases da ideologia trabalhista. Tal ação do governo oferecia a ele um novo recurso de poder, que se situava dentro de um “pacto social” guiado por uma lógica material e simbólica que trocava benefícios da legislação por obediência política.

Destarte, o desencadeamento do “pacto trabalhista” teria se dado a partir de uma apropriação e re-significação, por parte do Estado, de valores e demandas operárias

---

<sup>6</sup> A criação do Ministério do Trabalho, em novembro de 1930, deu início a uma série de ações do governo para atuar de forma efetiva nessa área: a Lei de Sindicalização de 1931, a qual buscava manter os sindicatos na órbita do Estado; os contatos diretos com os empregados e empregadores, num sentido de estreitar relações com o Ministério, a fim de que seguissem as “orientações oficiais”; a instituição da carteira de trabalho e a própria elaboração das leis trabalhistas, sendo formas de mobilização nas quais o governo buscava estabelecer seu poder.

<sup>7</sup> O ideal de trabalho como meio de valorização do homem instituiu um novo conceito de cidadão. A partir de então, este era identificado por seu trabalho produtivo, por sua utilidade no seio da sociedade e não mais pela posse de direitos civis e políticos, identidade defendida dentro da ordem liberal. A criação dos direitos trabalhistas trazia no seu bojo a identificação do trabalhador brasileiro como a principal “célula da sociedade nacional”. Além disso, o acesso aos direitos trabalhistas era um potencial sinônimo de condição de cidadão.

<sup>8</sup> A autora considera um “período-chave”, porque quase todas as leis trabalhistas foram promulgadas entre 1932 e 1934, seja em termos das condições de trabalho como horário, férias, trabalho feminino e de menores; ou no que se referia às compensações sociais, como extensão de benefícios de aposentadorias e pensões; e, ainda, em termos de criação de mecanismos institucionais para o enfrentamento de conflitos de trabalho, tais como as Comissões e Juntas de Conciliação e as convenções coletivas de trabalho (Idem p. 147-8).

oriundas da Primeira República, no qual estariam presentes, de modo integrado, tanto a “palavra do Estado” quanto a “palavra e ação da classe trabalhadora”. Ou seja, o sucesso do projeto estatal se deveu a apropriação de elementos de “auto-imagem” da classe trabalhadora na Primeira República, investidos de novo significado em outro contexto discursivo. Por esse motivo, os benefícios oferecidos pelo Estado não teriam sido aceitos de maneira alienada ou imposta, mas recebidos, interpretados e *reconhecidos*, segundo as possibilidades e vivências dessa classe, coadunando uma lógica material e simbólica que representava a troca dos benefícios sociais por obediência política e o reconhecimento desses benefícios como doações do Estado. Nas palavras de Gomes:

Esta lógica material, essencial para a construção de um pacto social, na realidade só começou a produzir os significativos resultados a ela imputados no pós-40. A partir daí ela combinou-se com uma lógica simbólica do discurso trabalhista, que, re-significando a “palavra operária” construída ao longo da Primeira República, apresentava os benefícios sociais não como uma conquista ou uma reparação, mas como um ato de generosidade que envolvia reciprocidade. Nessa perspectiva, o Estado não era visto apenas como produtor de bens materiais, mas como produtor de um discurso que tomava elementos-chave da auto-imagem dos trabalhadores e articulava demandas, valores e tradições dessa classe, redimensionando-os em outro contexto. A classe trabalhadora, por conseguinte, só “obedeceu” se por obediência política ficar entendido o reconhecimento de interesses e a necessidade de retribuição. Não havia, neste sentido, mera submissão e perda de identidade. Havia pacto, isto é, uma troca orientada por uma lógica que combinava os ganhos materiais com os ganhos simbólicos da reciprocidade, sendo que era esta segunda dimensão que funcionava como instrumento integrador de todo o pacto (Idem, p. 164).

É válido salientar, portanto, que a autora nega o comportamento político passivo da classe trabalhadora e atribui a esta um comportamento *possível*, porém não alienado ou sem consciência. Nesse sentido, a autora apresenta um dos pontos de relevante diferença de teses clássicas populistas<sup>9</sup> presentes em Francisco Weffort, Octávio Ianni e outros. Mesmo reconhecendo a presença de um Estado forte, que agia de maneira

---

<sup>9</sup> A autora tem como principal ponto de divergência a questão da “manipulação política” da classe trabalhadora por um Estado “todo poderoso”. Para ela a constituição daquela se deu através de uma ação política ativa por meio de escolhas segundo um “horizonte de possibilidades”, pois, apesar dos recursos de poder diferenciados, Estado e classe trabalhadora tanto eram igualmente capazes de se apropriar das propostas político-ideológicas um do outro, quanto relê-las, reconhecendo o diálogo entre eles. Portanto, nega a ideia de “cooptação” ou “falta de consciência”, pois essas transformariam o sujeito em objeto, incapaz, portanto, de negociar suas demandas. Segue Gomes: “Tais formulações implicavam considerar uma classe trabalhadora diversificada e afastada de purismos ideológicos, e uma ação estatal como variável de interlocução, o que precisava ser qualificado para além de uma intervenção espúria que quebrava a ordem natural de um processo” (2001, p. 46).



autoritária, ela entende a intervenção estatal como algo válido, característico da diversidade da constituição da identidade da classe trabalhadora e da própria relação entre Estado e classe.<sup>10</sup>

Contudo, a autora faz um corte cronológico e data a década de 1940, mais especificamente o ano de 1942, como o momento em que o trabalhismo brasileiro irá se definir completamente. Num contexto internacional de Guerra Mundial, além do desgaste por que passava a política do Estado Novo, mesmo diante de um governo marcadamente autoritário, houve uma reorientação nas práticas políticas do Estado.

Além da Consolidação das Leis Trabalhistas, outros mecanismos seriam utilizados para a busca da legitimação e continuidade da ideologia do Estado Novo.<sup>11</sup> Sendo assim, o principal órgão escolhido pelo governo para viabilizar sua continuidade foi o Ministério do Trabalho e seu projeto trabalhista. A política do ministro se pautaria na relação direta com a classe trabalhadora, através das seguintes linhas de frente, a saber, uma maciça atuação na área da divulgação e propaganda, que envolvia a própria pessoa do ministro; um conjunto de medidas dirigidas à questão da sindicalização na busca de uma efetiva adesão e a montagem de uma estratégia política continuísta, cuja base deveria ser a organização sindical corporativista.

Questões como o ideal de Estado nacional em detrimento da democracia liberal, a auto-definição de democracia social, a restauração do nacionalismo e a revalorização do homem brasileiro, a apologia a política do Estado Novo e suas realizações, a difusão de uma imagem positiva de Vargas, a criação de datas comemorativas, entre outras ações, começaram a ser largamente difundidas. Porém, é na construção de um ideal de respeito ao trabalho, como meio de valorização do homem que se encontra a essência para a implementação/difusão do trabalhismo. Segundo Gomes, “o trabalho devia ser encarado como uma atividade central na vida do homem e não como um meio de ganhar a vida. Isto implicava que o homem assumisse plenamente sua personalidade de

---

<sup>10</sup> Ao longo de seu texto, a autora não levanta muito a questão da repressão e violência sofrida pela classe trabalhadora ao longo do Estado Novo. Tampouco sobre a resistência de parte significativa dessa classe contra a política do Estado. Ou seja, o trabalho é elaborado, a partir do comportamento do Estado em relação a classe trabalhadora, porém, Gomes opta por “cortar” acontecimentos, ações e atitudes significativas, constituintes dessa mesma História. O que leva a autora a escrever uma história verticalizada e positivista, a partir somente da ótica do Estado. Boa discussão a respeito da questão social também continuar sendo tratada como caso de polícia é encontrada em KONRAD, Diorge Alceno. **O fantasma do medo: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937)**. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp-IFCH, 2004.]

<sup>11</sup> A política nacional passava por um momento de transição, a partir da questão e da pressão da democracia liberal, tornando necessário abrir mão de um regime autoritário. Entretanto, era preciso articular-se de maneira a conduzir esse processo de transição, além de encontrar um meio de continuidade política, sem abrir mão das posições de poder em uma ordem democrática (Idem, p.170).

trabalhador, pois ela era central para a realização como pessoa e em sua relação com o Estado (1994, p.185). Essa questão refletia uma inversão em uma série de valores, até então acoplados ao conceito de trabalho e de trabalhador brasileiro, como realçar a contribuição do trabalhador nacional em oposição ao estrangeiro e valorizar o trabalho manual. “ser trabalhador era ganhar atributo de honestidade, que neutralizava em termos de honra o estigma da pobreza. Pobre, mas trabalhador, isto é, um cidadão digno dentro do novo Estado nacional (Idem, p. 207).

O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) teve fundamental participação na difusão dessas idéias. Tanto na propaganda do regime quanto no esclarecimento da política que se inaugurou em 1937 e no papel do seu chefe, Getúlio Vargas.<sup>12</sup> O DIP e as falas do ministro seriam os principais promotores da implementação da ideologia trabalhista.

Nesse sentido, a pessoa do ministro, mais especificamente o ministro Marcondes Filho, que assumiu o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio a partir de 1941, promoveu uma série de discursos irradiados pela Hora do Brasil<sup>13</sup>, uma espécie de doutrinação semanal que funcionava como “detonadora e articuladora de toda a política ministerial”. O eixo fundamental do discurso era a legislação trabalhista, pois ela exigia divulgação e esclarecimentos por ter sido outorgada pela sabedoria do Estado. Esse ponto é crucial para autora, pois representa a construção do que ficou convencionado na literatura como a “ideologia da outorga”.<sup>14</sup>

Essa ideologia, como vimos, foi construída cuidadosamente pelo governo estado-novista, principalmente depois da década de 1940, e constituía a relação entre governo e governados através de um pacto social. Esse pacto envolvia duas lógicas, uma material – a troca de benefícios por obediência, ou seja, o “contrato utilitário” entre Estado e classe trabalhadora - e uma lógica simbólica – que se constituía no reconhecimento da legislação social como uma dádiva/presente doada pela

---

<sup>12</sup> A imagem de Vargas como o “pai dos pobres” ou o “líder das massas”, foi construída a partir de uma enorme gama de iniciativas empreendidas em louvor ao chefe do Estado Novo – cartazes, fotografias, artigos, livros, concursos escolares – seu nome e sua imagem passaram a encarnar o regime e todas as suas realizações. (Idem, p.203).

<sup>13</sup> A opinião da autora é elucidativa: “Falando aos trabalhadores brasileiros” é um verdadeiro roteiro didático para se acompanhar o grande e bem executado projeto político do Estado brasileiro do pós-42. Seu resultado foi a produção de uma proposta de participação política que conceituava cidadania, democracia, política enfim, a partir de um novo “ismo”: o trabalhismo brasileiro. Esta ideologia política, tão cuidadosamente estruturada, tinha fortes e sólidos apoios nas políticas públicas desenvolvidas por vários ministérios de Vargas. Saúde, educação, alimentação e lazer eram facetas de um mesmo conjunto que re-significava as intenções e imagens do discurso governamental (Idem, p. XI).

<sup>14</sup> Para mais informações sobre o conceito, ver GOMES, idem, p.210 e seguintes.

“benevolência” do Estado. Porém, o Presidente, ao “doar generosamente e sabiamente” as leis trabalhistas estava cumprindo também um *dever* do Estado, pois esse por excelência deveria garantir a justiça social.

Além disso, essa obrigação do Estado também era entendida como direito do povo. Contudo, o pacto social implicava em outra obrigação, a de *receber*. Receber era, acima de tudo, um dever, o cumprimento de uma obrigação social. Pois, a coisa dada era um tipo especial, era a legislação trabalhista. Nesse sentido, a própria coisa dada tinha força, pois *dá-la* produzia a consciência de uma obrigação de *retribuir* como um dever político de natureza ética.

Não obstante, o projeto político trabalhista teria sido capaz de permanecer no cenário político para além de seu tempo de formação e origem, o Estado Novo, e sobrevivido num contexto democrático, na presença de partidos políticos. Nas palavras da autora:

A invenção do trabalhismo como ideologia da outorga permite justamente refletir sobre a dimensão simbólica que alimentava e dava feição específica a estas relações políticas, a este pacto social. Esta dimensão põe em foco singular a dinâmica entre repressão e mobilização exercitada nesse período, da mesma forma que permite compreender melhor a longevidade das noções construídas pelo discurso político estado-novista (Idem, p. 216).

Em outras palavras, com o fim do Estado Novo, em 1945, e o retorno à legalidade dos partidos políticos, o trabalhismo, ou a ideologia trabalhista, seria incorporado pelo PTB. O discurso construído ao longo do Estado Novo, identificando como bases fundamentais do regime as “massas” assalariadas, formara uma ampla base política no seio da classe trabalhadora. Se o momento era de transição, foi necessário um organismo partidário que representasse o trabalhismo. Portanto, para Gomes, o PTB foi montado a partir da estrutura do Ministério do Trabalho, com a utilização das lideranças sindicais e dos organismos previdenciários e teve como modelo inspirador o Partido Trabalhista Britânico. Desse modo, o PTB foi criado para representar a classe trabalhadora, para ser sua melhor opção partidária, pois continha nele a ideologia trabalhista. Não por acaso, seu desempenho nas eleições de 1945 mostrou que ele seria um dos partidos que conteria, dali pra frente, boa parte dos votos dos trabalhadores.

### 1.3. Jorge Ferreira

Jorge Ferreira é um autor que abandonou categorias teóricas longamente aceitas e compartilhadas para escrever uma história alternativa das lutas trabalhistas entre os anos de 1945 a 1964. Assim como Angela de Castro Gomes, e sob influência direta desta, ele rejeita o conceito de populismo e utiliza o conceito de trabalhismo como categoria explicativa do período referido. Desse modo, a partir de leituras antropológicas e da história cultural<sup>15</sup>, ele procura resgatar como o trabalhador pensava, interpretava e dava significado ao mundo e a realidade em que vivia. Encaixando-se na chamada história política renovada, o autor entende que a relação entre o Estado e a classe trabalhadora teria sido formada através de uma “interlocução”, de certa “cumplicidade”, não pela imposição verticalmente de um Estado forte e manipulador. O autor a interpreta como uma via de “mão dupla, não necessariamente equilibrada”. Em suas palavras:

Houve, de certo, a intervenção estatal, insisto. Sobretudo a partir de 1942, a formulação do projeto trabalhista pelo Estado contribuiu de maneira decisiva, para configurar uma identidade coletiva da classe trabalhadora. Mas, em qualquer experiência histórica, os assalariados sofrem influências dos contextos sociais, políticos e ideológicos em que vivem. No caso brasileiro, como em outros, tratou-se de uma *relação*, em que as partes, Estado e classe trabalhadora, identificaram interesses comuns. No trabalhismo, estavam presentes idéias, crenças, valores e códigos comportamentais que circulavam entre os próprios trabalhadores muito antes de 1930. Compreendido como um conjunto de experiências políticas, econômicas, sociais, ideológicas e culturais, o trabalhismo expressou uma consciência de classe, legítima porque histórica (FERREIRA, 2001, p. 103).

Para o autor, a literatura construída para explicar os acontecimentos do pós-1930, sobretudo de 1945 a 1964, formulou e difundiu no imaginário acadêmico, e mesmo no popular, representações muito negativas da constituição da identidade trabalhadora e de suas lutas trabalhistas. Assim como desmereceu o sistema partidário, em especial o PTB, e o processo de democratização que se iniciou em 1945, com o final

---

<sup>15</sup> Segundo Ferreira, o conceito de cultura serve para definir todo o conjunto de atitudes, representações sociais e códigos de comportamento que formam as crenças, idéias e valores socialmente reconhecidos por um setor, grupo ou classe social. Segue o autor: “sobretudo com a recepção da História Cultural no Brasil, percebeu-se que não há por que acreditar em uma relação sem mediações entre as idéias eruditas e populares, que há um lapso entre intenção de controlar e o efetivo controle, que o poder dos poderosos não é tão poderoso assim [...] Os mecanismos de ‘controle operário’ foram implementados, mas sua atuação e eficácia eram limitadas pela própria cultura da classe trabalhadora” (Idem, p. 90).

do Estado Novo. Um período, segundo ele, de mobilizações da sociedade, dos trabalhadores em particular, por reformas de ampliação de seus direitos políticos, econômicos e sociais e na busca por uma distribuição de renda mais justa. Além disso, por detrás do conceito de populismo e de toda uma literatura que sustentou a idéia de um Estado forte e coercitivo, de uma sociedade débil e sem iniciativa e, sobretudo, de uma classe operária sem consciência de si e manipulada pelo governo, procurou-se apagar a História do Trabalhismo Brasileiro. Nas palavras do autor:

O trabalho sistemático de desmerecimento das lutas trabalhistas dos trabalhadores do passado atuou com muita eficácia no modo de pensar das gerações que se formaram após o golpe militar que depôs João Goulart. Da maneira que passou a ser contada, a história política brasileira contemporânea tornou-se bem conhecida, povoada por seres imaginários, a exemplo dos “populistas”, dos pelegos, dos autoritários comunistas, da falta de consciência da classe, do cupulismo, da despolitização, dos camponeses que vestiram macacão, entre outras construções destituídas de base empírica, mas que transformaram a luta dos operários, dos sindicatos e dos partidos de esquerda, entre 1930 a 1964, em uma sucessão de derrotas, desvios e subordinação a patrões e ao Estado (FERREIRA, 2005, p. 10).

Nesse sentido, o que Ferreira defende é que o sucesso político dos trabalhistas e o crescimento eleitoral do PTB não foram casuais nem arbitrários, resultado tão somente de um Estado “todo poderoso” capaz de manipular física e psicologicamente, mas sim por corresponderem a crenças, tradições e valores que faziam parte da sociedade. Valores esses que circulavam entre trabalhadores, militantes e simpatizantes que “a seu modo” participaram ativamente da política brasileira, engajando-se no projeto político chamado trabalhismo.

Para Ferreira, a grande dificuldade para compreender o trabalhismo como um fenômeno histórico surge diante das intervenções, repressivas e persuasivas, patrocinadas pelo Estado após 1930, as quais, em várias análises, teriam alterado os caminhos “naturais” da classe na construção de sua identidade política. O que ficou conhecido na literatura como “teoria do desvio”, na qual a classe trabalhadora, não tendo consciência de suas “reais” demandas em função de seu “atraso” cultural político, teriam se desviado de seu caminho “verdadeiro”, iludidos por líderes burgueses demagogos. Porém, ele ressalta que, apesar da forte investida do Estado na tentativa de controlar a classe trabalhadora, “existe um espaço entre a norma e o vivido, entre a injunção e a prática, entre o sentido visado e o sentido produzido, um espaço onde podem insinuar-se reformulações e deturpações” (2001, p.100). Sob esse aspecto, o

autor relativiza o poder do Estado, destoando de interpretações clássicas e mostrando que os trabalhadores estavam cientes do “jogo político” e não só identificavam interesses na política estatal, como no mesmo movimento constituíam-se como classe. Para tanto, Ferreira utiliza momentos marcantes da História Política do País e, através da interpretação de notícias de jornais e cartas de populares, resgata a trajetória política dos trabalhadores.

Portanto, acontecimentos como o Queremismo<sup>16</sup>, a saída do ministro João Goulart do segundo governo Vargas, os motins ocorridos em 24 de agosto de 1954 em vista do suicídio de Vargas, o Movimento pela Legalidade em 1961, entre outros, são usados para exemplificar a luta trabalhista pela manutenção de seus direitos sociais e busca por direitos políticos. Mais do que isso, o autor tenta comprovar que essas lutas são resultado da ideologia política do trabalhismo.

Identificados com a política trabalhista do primeiro governo Vargas, os trabalhadores, cientes das conquistas trabalhistas da legislação social desse período, e receosos de perdê-las com a saída de Vargas, se mobilizaram. Mais do que simples manifestação de apreço pelo Presidente, o Queremismo foi um movimento que tomou proporções políticas consideráveis, capaz de demonstrar o discernimento dos assalariados em vista das mudanças prementes. Deste modo, os trabalhadores determinados e com vontade política, teriam impedido que a transição democrática ficasse restrita a uma negociação, “pactuada pelo alto”, entre as elites. Nas palavras dele:

O Queremismo, antes de ser apressadamente interpretado como a vitória final de um suposto condicionamento homogeneizador da mídia do Estado Novo, expressou uma cultura política popular e a manifestação de uma identidade coletiva dos trabalhadores, resultados de experiências vividas e partilhadas entre eles, ao mesmo tempo políticas, econômicas e culturais, antes e durante o primeiro governo Vargas (2005, p. 26).

Fazer parte do Movimento Queremista, em última instância, era lutar pela permanência da legislação social trabalhista, personificado na pessoa de Vargas. Porém, não por força de uma propaganda de governo capaz de criar mitos, mas por força da memória, das vivências de um tempo onde não havia leis de proteção ao trabalhador. O impacto das leis trabalhistas e o modo de governar marcaram a memória coletiva dos

---

<sup>16</sup> O Movimento Queremista será utilizado como referência genérica nesse trabalho, pois não seria possível a análise de todos os exemplos utilizados por Ferreira em suas obras.

trabalhadores. Assim, a ameaça do ocaso dessa política voltada aos trabalhadores, em vista de uma política liberal, de flexibilização ou até mesmo extinção da legislação social, foi motor da mobilização dos trabalhadores, em 1945. Ou seja, o comportamento do operariado que apoiava a continuidade de Vargas se tratava de uma *escolha*, uma estratégia política em defesa de seus interesses. Mesmo que de uma forma diferente, não a imaginada, segundo os padrões<sup>17</sup> europeus ou estabelecida por intelectuais, o posicionamento dos trabalhadores demonstrava um comportamento de uma classe social em busca de seus interesses. Partindo das vivências coletivas, das experiências comuns, os trabalhadores foram os principais agentes de uma identidade coletiva própria. Ferreira salienta que:

Trabalhadores e populares perceberam no governo de Vargas, sobretudo a possibilidade de serem tratados e viverem como seres humanos, ou seja, de serem reconhecidos politicamente e valorizados socialmente [...] Por “tratamento humano decente” entende-se segurança na velhice, garantia contra as arbitrariedades patronais, justiça nas relações trabalhistas, regulamentação de salários e jornadas de trabalho e, particularmente, o reconhecimento e a valorização social e política (Idem, p. 56).

Nesse sentido, mais do que ganhos materiais, dentro de uma lógica utilitária, os ganhos também tinham sua dimensão simbólica, portanto, não havia mera submissão e perda de identidade, havia reconhecimento de interesses e a necessidade de retribuição.<sup>18</sup> Nesse mesmo movimento, os trabalhadores surgiram no cenário político com consciência de seus interesses e vontade política. Na luta para garantir as leis sociais, eles aprenderam a lidar com a cidadania política.

O trabalhismo, portanto, foi uma política de governo capaz de mudar as relações entre o Estado e a classe trabalhadora, de tal maneira que, esta classe identificada com o projeto trabalhista, lutou pela manutenção do mesmo. Essas lutas, além de demonstrarem percepção de interesses comuns, em última instância, consciência de classe, mostraram o equívoco cometido pela historiografia, quando classifica a classe trabalhadora como vítima da manipulação e da cooptação estatal.

---

<sup>17</sup> A formação da classe trabalhadora em ator coletivo, defendem diversos autores, é um fenômeno histórico, difícil, portanto, de ser enquadrada em modelos prévios que se deva seguir. Mesmo que, no mundo moderno, os assalariados tenham conhecido experiências similares na dimensão econômica, em particular nas relações de produção capitalistas, uma identidade política não decorre somente dessas vivências. Compreendida historicamente, a formação de um ator coletivo não se aparta da história política de seu país, de suas tradições culturais e das próprias lutas sociais que participa (Idem, p. 154).

<sup>18</sup> Utilizando a tese de Angela de Castro Gomes, Ferreira cita: “Havia pacto, isto é, uma troca orientada por uma lógica que combinava os ganhos materiais com os ganhos simbólicos da reciprocidade, sendo que esta segunda dimensão que funcionava como instrumento integrador de todo o pacto” (Idem, p. 60).

Não obstante, a identificação com o trabalhismo, por ser um projeto político estatal, não impõe aos trabalhadores a aceitação do mesmo sem seu crivo cultural. Para Ferreira, “assim, é muito difícil admitir que as experiências e todo um conjunto de valores que forma uma cultura política sejam reduzidos a uma ideologia imposta pelo Estado” (Idem, p. 153). Nada, portanto, ocorreu a partir “de cima” ou por “mão única”, pois entre o projeto trabalhista e os trabalhadores houve uma relação em que as partes se reconheceram e interagiram entre si.

Para o autor, as mudanças ocorridas a partir de 1945 fizeram com que a classe trabalhadora cada vez mais se organizasse politicamente. Com a formação partidária, a partir dessa época, foi possível à sociedade em geral ter uma maior organização em busca de suas demandas. E foi, entre 1945 a 1964, que surgiram projetos alternativos para o desenvolvimento econômico e social da população. Segue o autor:

Após estabelecerem em sua cultura política a noção de que eram cidadãos no plano social e, portanto, merecedores de uma legislação protetora do trabalho, eles [os trabalhadores] com a democratização que se abriu em 1945, muito rapidamente aprenderam a lidar com os direitos políticos. Com partidos doutrinários e ideológicos enraizados na sociedade, a exemplo do PTB e da UDN, sem contar com o PCB, a política nacional era discutida nas ruas, nos sindicatos, na imprensa e nos quartéis (Idem, p. 375).

Um dos projetos que teve largo alcance entre a classe trabalhadora foi o *nacional-estatismo*<sup>19</sup> dos trabalhistas, aliados aos comunistas. Organizados em partidos e sindicatos, os trabalhadores participaram da política nacional, mobilizando-se em torno do projeto das esquerdas e do nacionalismo, e tomados pelo desejo do que ficou conhecido como as *Reformas de Base*, avançaram a ponto de ameaçar a ordem social e econômica do País.

O trabalhismo, como projeto, ideologia e movimento político, ganhou forma partidária com o PTB. Este, participando ativamente dos movimentos sociais e das lutas sindicais, atuou como elemento institucional de interlocução entre o Estado e a classe trabalhadora. Superando a fase do *getulismo*, em que defendia apenas a manutenção da legislação social, o PTB alcançou um perfil programático e ideológico consistente,

---

<sup>19</sup> Com propostas de manutenção e ampliação dos direitos sociais e políticos dos trabalhadores, com reformas que alterassem o perfil econômico e social do País, como a da estrutura agrária, o nacionalismo, o fortalecimento das empresas estatais como estratégia para enfrentar os grandes monopólios multinacionais e políticas públicas baseadas em uma forte solidariedade social (Idem, p. 375).



capaz de representar os anseios da classe trabalhadora e de lutar juntamente com esta por mudanças sociais.

O que se pode observar do texto de Ferreira é que, para ele, o trabalhismo brasileiro nasceu como um projeto político do primeiro governo Vargas e criou raízes na população, perpassando todo o período entre 1945 e 1964. Sendo aceito e creditado pelos trabalhadores, ele foi cada vez mais se fortalecendo através dos partidos, dos sindicatos e da sociedade em geral. Identificados com os objetivos propostos por sua ideologia, várias instituições acalentaram, através dele, o desejo por mudanças substanciais na realidade econômica, política e social daquele período. Orientados por essa ideologia, trabalhadores e populares mobilizaram-se em diversas ocasiões em lutas por seus direitos. Nesse sentido, foi também, parte constituinte da formação de uma identidade coletiva da classe trabalhadora.

Para o autor, o “consenso populista” foi uma maneira na qual os intelectuais “forjaram uma vontade coletiva para desmerecer o movimento sindical e suas lutas, os partidos de esquerdas e suas estratégias, as organizações populares e suas mobilizações” (FERREIRA, 2005 p. 380).

Para Ferreira, a geração que viveu a Ditadura Civil-Militar culpabilizou a geração anterior pelo “infortúnio” do Golpe de 1964. Por isso, as lutas operárias teriam sido reinterpretadas, difundindo-se idéias e conceitos pejorativos como “manipulação da classe operária”, classe sem consciência de si”, “líderes burgueses demagogos e traidores”, “democracia populista” e “populismo”, entre outros, desmerecendo um passado de lutas trabalhistas legítimas e marcando profundamente as relações entre história, memória e poder.

Portanto, para Ferreira, o trabalhismo e o PTB foram instrumentos efetivos de emancipação popular. Através da apropriação e da reconstrução das propostas trabalhistas apresentadas pelo Estado, os trabalhadores constituíram-se como classe. Porém, o trabalhismo foi de tal maneira negado e esquecido<sup>20</sup> pelo pensamento liberal e

---

<sup>20</sup> Contudo, o trabalhismo, como tradição da classe trabalhadora, permaneceu. Seu conjunto sistematizado de idéias, crenças e imagens socialmente compartilhadas que herdamos do passado pré-64 ainda continua presente nos discursos das esquerdas de hoje, embora com outros nomes e outras propostas. A tradição se fez mais forte porque resultado de experiências históricas, e o trabalhismo ainda se mantém como elemento importante da cultura política das esquerdas brasileiras. Ele está presente nas exigências de garantia, manutenção e ampliação das leis e benefícios sociais; no clamor pela soberania nacional e pelo rompimento com o FMI; na luta pela reforma agrária; na defesa das empresas estatais em setores estratégicos, sobretudo a Petrobrás; na tradição da unidade sindical; nas demandas por educação e saúde públicas de qualidade; nas reivindicações por reajustes salariais que garantam o poder de compra dos trabalhadores; no fortalecimento do poder público frente às ambições desmedidas, e muitas vezes espúrias, dos grupos privados; na regularização e disciplinarização do mercado; nos programas para

de intelectuais que nem com seu verdadeiro nome pôde ser refutado. Dentro da historiografia clássica sobre a época, a categoria histórica utilizada e largamente aceita foi o *populismo*. Relegando ao trabalhismo um segundo plano, do qual vários historiadores tem feito esforços para retirá-lo.

## CAPÍTULO II - O TRABALHISMO EM ALBERTO

### PASQUALINI

Tendo em vista algumas definições sobre trabalhismo apresentadas no capítulo I, este capítulo pretende explicar de forma mais detalhada o trabalhismo segundo o pensamento de Alberto Pasqualini.

#### 2.1. O Trabalhismo de Pasqualini

Considerado o principal pensador da teoria trabalhista brasileira, Pasqualini foi quem formulou um programa para o PTB, apresentando diretrizes<sup>21</sup> para um governo trabalhista e, além disso, incentivando a efetivação deste programa na política nacional. Pasqualini pensava o trabalhismo como um movimento capaz de profundas reformas no contexto de atraso e desigualdades em que estava imiscuído o Brasil dos meados do século XX.

Apesar da ideologia trabalhista e do PTB estarem estreitamente ligadas à Vargas, pois idealizados por ele e por seu governo, a partir desse ideal, foi possível pensar um trabalhismo e um PTB com propósitos diferenciados dos pretendidos inicialmente. Esse trabalhismo foi o concebido por Pasqualini.

Destacando-se em nível nacional por sua participação como teórico político e doutrinador do projeto trabalhista, baseou sua teoria na valorização do trabalho e na defesa de uma legislação justa que regulasse as relações entre capital e trabalho. A partir disso, haveria uma organização social mais igualitária, a qual resultaria também da cooperação entre as classes sociais, da divisão do lucro no sistema capitalista e na ampliação do consumo da classe trabalhadora. O pensador defendia a doutrina

---

<sup>21</sup> As diretrizes de um partido representam um *critério geral* para a solução dos problemas nacionais. Dentro desse critério caberá aos governantes estabelecê-la em seus detalhes técnicos e administrativos (PASQUALINI, 1994, p.133).

trabalhista como uma alternativa política que, através de sua execução, atenderia as demandas da população brasileira de sua época, no que se refere ao bem-estar social coletivo.

Além disso, o PTB e a ideologia trabalhista se tornariam importantes instrumentos de mudanças num contexto de reordenamento político e social do período em que surgiram, bem como posteriormente. Não obstante, tiveram direta ligação na ampliação da participação da classe trabalhadora no cenário político e, conseqüentemente, contribuíram no processo de ampliação da própria cidadania na sociedade brasileira. Para Pasqualini, o PTB não se inseria simplesmente em uma “estratégia dual de articulação político-partidária” organizada por Vargas. Para ele, o partido político constituía-se no instrumento fundamental de implementação de um projeto de reformas sociais. Apesar de o trabalhismo ter suas raízes no trabalhismo getulista<sup>22</sup>, ele foi muito além, constituindo-se num projeto político e social de Nação, tendo no PTB seu principal articulador. Nesta lógica, para Pasqualini, eram “os programas que justificam os partidos”, constituindo “sua base moral e ideológica”, sendo que, para ele, “os programas de hoje exigem outras teses, outras soluções, outros objetivos, que preencham o vácuo das finalidades meramente políticas”.<sup>23</sup>

Sendo assim, via no PTB e no projeto trabalhista o caminho para reformas no sistema que regia a sociedade brasileira na década de 1940. O trabalhismo se tornaria, portanto, em um meio de amenizar as desigualdades sociais do sistema capitalista, considerado por ele “individualista e egoísta”. Esse tipo de capitalismo, puramente baseado no lucro e na exploração do homem pelo homem, seria o principal motivo das profundas injustiças e desigualdades sociais, além de “tumulto e desordem no processo econômico”. Por isso, pensou um projeto de governo que ampliasse o acesso ao consumo de bens materiais e de necessidades primárias das camadas menos favorecidas por esse sistema, em detrimento das “camadas mais abastadas”.

---

<sup>22</sup> Desta maneira, ficou conhecido no País o conjunto de leis e providências legais tomadas durante os governos de Vargas, visando à garantia de direitos aos trabalhadores e a regulamentação do mercado de trabalho. Numa versão oficial que se tornou hegemônica, o Estado teria liderado o processo de criação e concessão das leis sociais, antecipando-se às demandas dos trabalhadores e controlando as condições objetivas de implementação de uma política trabalhista. O termo remete também à idéia de que é possível estabelecer uma política harmônica entre capital e trabalho. Embora trabalhismo não possa ser redutível a getulismo, o que se verifica num processo de industrialização brasileira foi a associação entre esses dois termos, criando-se uma grande confusão. Ser anti-getulista foi por isso associado ser antitrabalhista, sendo que, por muito tempo, o País teve que conviver de maneira cuidadosa com o termo tão importante e tão carregado de personalismo (D'ARAÚJO: GOMES, 1989, p. 81-82).

<sup>23</sup> Artigo publicado no *Correio do Povo* de 03/04/1945 In: Dutra, Milton. **O trabalhismo de Pasqualini**. Porto Alegre: Editora Intermédio, 1986, p.49.

Esse projeto, o trabalhismo, se resumia em diretrizes para viabilizar o bem-estar coletivo, através da cooperação entre as camadas sociais. Um projeto guiado pelo “primado do trabalho”, no qual esse não seria apenas uma forma econômica de produção de riqueza material, mas um sistema auxiliar de ordenação e educação interior do homem.

## **2.2. Diretrizes Fundamentais do Trabalhismo**

Alberto Pasqualini nasceu em Ivorá, município do interior do Rio Grande do Sul, em 1901. Neto de imigrantes italianos, ele viveu os primeiros anos na Colônia de Silveira Martins. Filho de escrivão distrital, Pasqualini residiu em vários municípios do estado, para mais tarde ir estudar no Seminário dos Jesuítas de São Leopoldo, no Ginásio Anchieta e no Ginásio Júlio de Castilhos, formando-se na Faculdade de Direito da Universidade de Porto Alegre, em 1928. Dois anos mais tarde, fez parte do Movimento de 1930 que pôs Getúlio Vargas no poder. Atuou na política como vereador de Porto Alegre, membro do Conselho Administrativo do estado, Secretário do Interior e Justiça e Senador. Fez parte do Partido Libertador (PL), antes da instauração do Estado Novo, sendo que, com a volta dos partidos, em 1945, fez parte da União Social Brasileira (USB), movimento político criado em oposição ao Estado Novo.<sup>24</sup> Apenas em 1946, por ocasião de um compromisso entre a USB e o PTB, é que Pasqualini ingressaria no Partido.<sup>25</sup>

Desde seu ingresso no PTB, participou ativamente na elaboração do programa do mesmo, estabelecendo objetivos e diretrizes, dando conteúdo e indicando rumos à ação política. Assim, foi como o teórico mais consistente do trabalhismo que Pasqualini ficou conhecido e reconhecido nacionalmente, desenvolvendo várias reflexões a partir da sua ideologia. Para ele, a supremacia do trabalho poderia solucionar as disparidades sociais do País, sobretudo, melhorar as condições de vida da classe trabalhadora.

---

<sup>24</sup> Segundo Grijó, os manifestos da USB eram escritos ou inspirados pelas idéias de Pasqualini, e mesmo sendo oposição ao Estado Novo os textos se posicionavam em favor da legislação trabalhista e das ações de caráter social implementadas no governo Vargas (2007, p. 90).

<sup>25</sup> A partir desse compromisso, estabeleceu-se um processo de relacionamento entre as duas agremiações que findou pela fusão das duas, em 1946, sob a sigla PTB, o que garantiu à seção gaúcha do Partido uma feição peculiar, por ter incorporado em seus quadros elementos de um movimento de esquerda que, embora reformista, tinha algum grau de elaboração doutrinária (MACIEL, 2001, p. 55).

Somente a ampliação do poder aquisitivo dessa classe poderia ser capaz do desenvolvimento econômico de toda a Nação. Nesse tocante, o PTB seria a instituição capaz de transformar tal realidade, através de seus líderes e da construção da “mística do trabalho” colocando em prática as “diretrizes fundamentais do trabalhismo”. Dessa forma, poderia se assegurar o “bem-estar coletivo”, objetivo fundamental para Pasqualini e sua política trabalhista.

Sua teoria seria fortemente influenciada por valores religiosos vinculados a Igreja Católica que o acompanharam desde sua infância. Nascido em uma família ligada ao mundo colonial italiano, e depois tendo estudado num seminário coordenado por Jesuítas, Pasqualini desenvolveria sua teoria apoiado na chamada “doutrina social da Igreja”. Nesse sentido, ao longo de seus escritos, podem-se observar várias citações da encíclica *Rerum novarum* e da *Quadragesimo anno*.<sup>26</sup> Nas palavras de Pasqualini: “Com relação ao trabalhismo, tal como defende o PTB, frisei que ele se identificava com a *doutrina solidarista* e que o solidarismo, nas suas conclusões práticas, coincidia com o próprio pensamento das encíclicas. Não poderia, pois, haver nenhum antagonismo entre as diretrizes do trabalhismo brasileiro e a doutrina social cristã”.<sup>27</sup>

As *diretrizes* do trabalhismo, como o próprio termo indica, foram noções gerais de um programa de governo, sugeridas e pensadas por Alberto Pasqualini. Não obstante, não se pretendia completo para solucionar os problemas nacionais, contudo, eram sugestões que norteariam governantes para o melhor desempenho das políticas públicas a que eram confiados. Essas diretrizes pretendiam oferecer políticas alternativas diante dos agudos problemas que o sistema capitalista apresentava.

A organização econômica brasileira contemporânea é historicamente assentada no modo de produção capitalista<sup>28</sup>, que prioriza o lucro, tendo como principais características a liberdade de iniciativa e a exploração privada dos meios de produção.

---

<sup>26</sup> Para Grijó, “é a partir desse conjunto de influências e referenciais, aliados a uma predisposição de origem social, que as idéias e a atuação político-partidária de Pasqualini estiveram situadas. Pode-se dizer que ele foi o tradutor dos conteúdos da chamada doutrina social da Igreja para as disputas político-partidárias inauguradas no Brasil depois da queda do Estado Novo, o que mesclava seus conhecimentos adquiridos em termos de ciências sociais, história, “cultura geral” e direito” (GRIJÓ, op. cit., p. 94).

<sup>27</sup> Artigo de Pasqualini publicado no *Correio do Povo* em 05/06/1949 In: DUTRA, Milton, op. cit., p. 82.

<sup>28</sup> Sendo a economia capitalista baseada no lucro, sendo este o incentivo, a *causa movens* dos empreendimentos econômicos, o objetivo natural do capitalista será sempre alcançar os maiores lucros. Donde a *tendência* de obter do trabalhador a maior produtividade pelo menor salário e de vender ao consumidor as mercadorias pelos maiores preços. Quando essa tendência se desenvolve no mais alto grau, temos a exploração do trabalhador e do consumidor. Essa é a característica do capitalismo individualista que tem como elemento psicológico o egoísmo. É essa forma de capitalismo, o seu espírito, os seus métodos, a sua insensibilidade uma fonte de injustiças e de profundos desníveis sociais, tumulto e desordem no processo econômico (PASQUALINI, op.cit, p. 4).

Apesar de não ser contra o capitalismo, Pasqualini pensava que esse sistema necessitava de alguns ajustes para servir com equidade a população. Para tanto, baseado na Constituição Federal, idealizou formas de contornar as disparidades sociais e econômicas causados pelo mesmo. Nesse sentido, entre outras premissas, e em contrapartida ao capitalismo, Pasqualini defendia a intervenção do Estado na economia e nas forças de produção para o progresso social e econômico da Nação. Característica do modelo de economia socialista, que tem como gestor da economia o próprio Estado e que tem como premissa a satisfação do consumo e não a obtenção do lucro.

Entretanto, para o teórico, o problema não estava na existência do lucro, mas na maneira de dividi-lo, ou melhor, na sua não divisão com a classe trabalhadora e com a própria sociedade em geral. Para ele, a solução mais justa seria a divisão em três partes desse lucro, uma caberia ao capitalista, como remuneração de sua iniciativa e de sua atividade coordenadora; outra parcela aos trabalhadores e; a terceira à coletividade, sob forma de benefícios de ordem geral. Segue o autor:

A função do capital deve ser o desenvolvimento da economia, a multiplicação e o aperfeiçoamento dos meios de produção, a fim de que possam atender cada vez melhor às necessidades humanas, ao conforto dos indivíduos e ao progresso social. Os fatores da produção devem ser coordenados tendo em vista, não apenas o lucro ou a criação de maior riqueza, mas tendo também em mira aumentar sempre mais a amplitude da sua distribuição, sem o que não poderá jamais realizar a sua finalidade social (Idem, p. 5).

Dessa forma, pensava um modo de produção mais flexível, que conciliasse a liberdade de iniciativa com a valorização do trabalho. A questão não era a eliminação do sistema capitalista, ou seja, a mudança para outro modo de produção, mas a criação de mecanismos que permitissem o lucro juntamente com um maior consumo para os trabalhadores, assim como barrassem a exploração da classe trabalhadora e valorizassem o trabalho. Nas palavras do autor:

O trabalho, porém, não se *valoriza* apenas com salários vitais e com garantias jurídicas do trabalhador. Não basta que os trabalhadores não sofram privações e não possam ser despedidos a arbítrio do empregador. É necessário também sejam admitidos a usufruir, em certo grau, dos bens que eles próprios produzem, do conforto e do bem-estar que a civilização moderna está em condições de proporcionar a cada um (Idem, p. 7).

Nesse sentido, o desenvolvimento do processo econômico dependeria do poder aquisitivo geral, portanto, o trabalho seria um meio de dinamizar esse processo. Por isso, tornava-se imperioso que o acesso ao trabalho fosse estendido a todos. Assim como a construção do “primado do trabalho”, ou de uma mística embasada na idéia de que o trabalho seria a resposta para resolução dos problemas de desigualdade social, ou seja, só o trabalho criaria condições de consumo de bens materiais e satisfação das necessidades de primeira ordem, na maioria das vezes negadas às classes trabalhadoras.

Para tanto, considerava dever do Estado combater o desemprego e assegurar o salário mínimo aos trabalhadores, viabilizando a garantia ao trabalho, assegurado na Constituição, assim como o acesso aos meios de realizá-lo deveriam ser proporcionados por igualdade de oportunidades, em especial no que tange ao acesso do poder aquisitivo. “Ora, é com dinheiro que, ordinariamente, se adquirem os bens. É ele o meio por excelência. [...] O acesso ao dinheiro é, portanto, a condição fundamental do acesso à propriedade e aos meios de produção” (Idem, p. 10).

Para isso, o acesso ao crédito se daria através da construção de um “Fundo Social”<sup>29</sup> ou “Fundo de Poder Aquisitivo” para o fornecimento de crédito sem juros aos trabalhadores. Portanto, paralelamente à organização de crédito que visa o lucro, instituir-se-ia outra organização com finalidade social, o que Pasqualini denominava de “crédito social”, organizado com dinheiro público, através de tributação imposta pelo Estado. Segue Pasqualini:

A taxação constitui, precisamente, um dos meios mais eficazes de que dispõe o Estado para realizar os princípios da justiça social. Ora, o que podemos observar é que os meios monetários e financeiros se acham concentrados nas enormes fortunas que nada mais são do que acumulação de lucros. Essa concentração do dinheiro ou de poder aquisitivo nas mãos de alguns, que visam apenas aplicações lucrativas imediatas, torna-o inacessível aos que não podem pagar as taxas e oferecer as garantias que asseguram a percepção desses lucros. Diante dessa situação, é dever do Estado intervir para que a ordenação dos meios monetários ou financeiros se faça em consonância com os interesses gerais da coletividade e para que, como medida de equilíbrio, haja devolução à sociedade do que o indivíduo acumulou em excesso e, em grande parte, à custa dessa mesma coletividade (Idem, p.19).

Portanto, o aumento do poder aquisitivo da população significava capacidade de consumo e, conseqüentemente, elevação do padrão de vida. Já que o problema econômico e social do País encontrava-se na necessidade de ampliação da capacidade

---

<sup>29</sup> O Fundo Social teria organização autônoma, constituído de dotações orçamentárias da União, dos Estados e, facultativamente, dos municípios, de reservas dos Institutos de Previdência e por tributação adicional de artigos de luxo e de elevada renda de pessoa física.



de consumo da população, em especial da classe trabalhadora. Além disso, acreditava que o aumento significativo de consumo constituir-se-ia em um aumento de mercado interno, capaz de alavancar a produção, possibilitando o próprio desenvolvimento industrial do País. Para Pasqualini, “socialmente, constitui esse aumento um imperativo do bem-estar individual e coletivo [...] economicamente, significa a possibilidade do desenvolvimento industrial pela dilatação do mercado interno” (Idem, p. 20). Aumentando a produção e as trocas, indústria e comércio poderiam não só recuperar como multiplicar a contribuição que lhes exigiria o poder público. Fazendo isso, o Estado tornaria mais justa e mais igual a oportunidade de cada um se desenvolver<sup>30</sup>, coisa que não aconteceria numa sociedade na qual essa capacidade se encontrasse nas mãos de quem detém os meios de produção. Nas palavras do autor:

Poderia parecer que, assim pensando, se atribui ao dinheiro ou ao crédito um *poder criador*. Nada mais inexato. O dinheiro ou o crédito, em si, nada criam. Permitem, porém, adquirir os meios para o trabalho, meios sem os quais no mundo moderno, a atividade humana não se poderia desenvolver. A função criadora é do trabalho (Idem, p. 21).

Já em relação ao campo, Pasqualini acreditava que o Estado deveria estabelecer um limite de propriedade privada e da exploração dos meios de produção, primando pelos interesses coletivos. Além disso, o capital privado só teria garantia e proteção do Estado se interessado em promover a expansão da economia e o bem-estar coletivo. Os detentores receberiam justa retribuição pela iniciativa e coordenação dos fatores da produção, porém os lucros deveriam ser invertidos em ações socialmente úteis. A posse das riquezas e dos meios de produção imporiam contribuições para correção dos desequilíbrios econômicos e sociais, como uma forma também de repressão dos abusos de poder econômico e das formas de exploração do povo. Sob esse aspecto todo o meio de “usura social”<sup>31</sup> deveria ser combatido, e o Estado teria inclusive a função da ação

---

<sup>30</sup> Com isso, poder-se-ia oferecer o financiamento para construção da casa própria ao trabalhador, para aquisição de terras e meios de produção a trabalhadores rurais, para cooperativas de pequenos agricultores e granjeiros, para cooperativas de bens de serviços e de consumo constituídas de trabalhadores, para obras e serviços de assistência social de relevante interesse ou reclamados pela conjuntura econômica, executadas ou não por entidades públicas; tornando, assim, o acesso ao crédito possível aos trabalhadores de baixa renda, acesso esse que era impossível devido aos altíssimos juros cobrados pelo sistema bancário da época.

<sup>31</sup> Para Pasqualini, esse termo significava qualquer forma de exploração do homem pelo homem, ou seja, toda vez que alguém vivesse “à custa do trabalho alheio”, ou que as relações de trabalho não fosse regidas com “devida equidade”. Para o autor, “existe usura social quando as relações econômicas entre os membros de uma sociedade não estão baseadas nos princípios da justiça social [...]. A usura social é o que

distributiva da renda e da riqueza nacional, de maneira a elevar o nível econômico e cultural das massas trabalhadoras rurais e urbanas. Ou seja, o Estado agiria como intermediário entre as camadas sociais, dentro do processo de desenvolvimento econômico e social da Nação. Por isso, um fator importantíssimo era a manutenção e o aperfeiçoamento da legislação trabalhista. Pasqualini defendia sua ampliação, tornando-a extensiva a todo proletariado, rural e urbano.

Outra diretriz que embasou a teoria de Pasqualini foi o incentivo ao desenvolvimento do cooperativismo. Para ele, o modo de vida cooperativo poderia ser um instrumento de modificações sociais, podendo ser a maneira para o desenvolvimento econômico e social de setores marginalizados, servindo como apoio moral e educacional. Deste modo, Pasqualini idealizou a criação de colônias agrícolas com tais finalidades. Para ele, a colaboração mútua entre União e estados, com amparo do Fundo Social, poderiam organizar planos de colonização em vista da solução de problemas econômicos, sociais, educacionais e técnicos das populações rurais. Nesse tocante, a distribuição da propriedade territorial teria por objetivo seu maior rendimento econômico e social. Sendo que, para esse fim, poderia ser desapropriada mediante justa indenização.

Além disso, Pasqualini incentivava a pequena agricultura, tendo como base a pequena propriedade. Para ele, isso representaria a descentralização da produção, além de estar longe dos abalos e crises das lavouras capitalistas, pois a pequena agricultura funcionaria num sistema de policultura, diluindo, assim, os riscos inerentes às plantações. Contudo, a maior vantagem desse sistema de produção seria a não criação de um proletariado rural, considerado por Pasqualini o mais miserável de todos, em razão dos baixos salários e das dificuldades de serem assistidos.<sup>32</sup> Desta forma, pensava melhorar a realidade da vida no campo, pois, nas palavras do autor:

É necessário instituir serviços de assistência técnica, social e educacional, fomentar o cooperativismo como meio de defesa contra a exploração e, sobretudo, facilitar o crédito em grande escala a fim de que o agricultor tenha a sua disposição todos os recursos e meios de produção, a começar pela terra (Idem, p. 28).

---

comumente se costuma denominar de ‘exploração do homem pelo homem’ e que todos reconhecem que deve ser banida do seio da sociedade” (Idem, p. 84).

<sup>32</sup> A visão de Pasqualini sobre o proletariado rural é compreensível no sentido de que, na década de 1940, a legislação trabalhista ainda não assistia essa parcela da classe trabalhadora. Entretanto, foi nessa mesma época alto o índice de êxodo rural, num fenômeno que transformou o Brasil em poucos anos. Aqui aparece a grande preocupação do autor no sentido de manter o trabalhador no campo, em tentar resolver os problemas agrários, presentes na sociedade brasileira.

Portanto, além da melhora no panorama campestre, essas modificações seriam capazes de criar uma classe média estável, com fortes raízes na terra, o que constituiria um poderoso fator de equilíbrio social. Ou seja, trataria de uma questão bastante delicada na realidade brasileira que historicamente é a questão agrária no Brasil. Segue o autor:

Organizados, porém, em cooperativas, e fortemente amparados pelo crédito social, assim como se propõe nesse programa, poderão os colonos e agricultores usar os mais modernos métodos e a técnica mais aperfeiçoada da exploração da terra, sem criar o capitalismo agrícola e sem proletarizar o pequeno agricultor (Idem, p. 118).

Quanto a reformas na educação das instituições tradicionais, Pasqualini não aprofundou muito sua teoria. Para ele, as universidades e escolas oficiais deveriam receber incentivos para seu aperfeiçoamento material e humano, no sentido de melhoramento de professores e na instituição de bolsas a alunos que não tivessem condições de frequentar o ensino superior, havendo assim expansão cultural da sociedade. Seu projeto de educar era num sentido mais amplo, ou seja, dentro da ideologia trabalhista a educação do trabalhador, tanto no sentido de politização quanto no de desenvolvimento cultural, era “essencial à existência de uma verdadeira democracia”. Nesse sentido, se tornava fundamental a obtenção de certo “nível cultural” à população, para que esta não fosse enganada por “demagogos, aventureiros e charlatões”, capazes de “explorar sua ignorância e boa-fé”. Para ele a ciência e a cultura representavam também um grande capital, sendo necessário muito investimento para construí-lo e “quanto maior for esse capital e mais acessível à massa trabalhadora, menor será o esforço individual e coletivo para a obtenção dos bens e do conforto” (Idem, p. 130).

Mesmo dentro do modo de produção capitalista, Pasqualini acreditava que havia setores da economia nos quais a socialização ou a estatização se impunha. Nesse sentido, acreditava que a Nação possuidora de produtos extraídos do subsolo ou de fontes naturais de energia, “tem o dever, perante a humanidade, de dar aproveitamento a essas riquezas efetivas, tendo em vista não apenas os interesses e o bem estar da coletividade nacional, mas também da coletividade humana” (Idem, p. 94). Ou seja, ele defendia não apenas a estatização dessas riquezas, mas a interferência do Poder Público

na *exploração* delas. Mais uma vez, em sua teoria, o pensador defendia uma inflexão dentro do próprio sistema de produção, que seria sua defesa do capital estatal em detrimento do capital proveniente da iniciativa privada.

No que tange à participação do partido dentro do programa trabalhista, Pasqualini acreditava que o partido precisava estar a serviço de um ideal, distante, portanto, dos personalismos e de lideranças carismáticas. Para ele, especificamente ao PTB, incumbia-se a tarefa de lutar pela educação do povo, em especial da juventude, dentro dos princípios da cooperação e da solidariedade social. Difundindo a cultura e tornando-a acessível aos trabalhadores para dessa foram elevar os debates políticos. Além disso, o Partido deveria posicionar-se contra o profissionalismo político e todas as formas de parasitismo social, bem como contra a corrupção social, política e administrativa. Ser a favor de uma política de desarmamento, ou seja, ser contra a guerra e todas as formas de imperialismo. Outra orientação deveria ser a luta a favor da cooperação entre todos os povos para o estreitamento de vínculos de solidariedade continental, especialmente entre os povos da América. Além disso, era fundamental que o PTB fosse veículo de luta em prol da preservação dos “direitos fundamentais do homem, dos princípios cristãos e pela sustentação do regime democrático”.

### **2.3. Objetivos do Trabalhismo**

A construção da ideologia trabalhista, idealizada primeiramente por Getúlio Vargas e por seu governo, depois formulada e difundida por Alberto Pasqualini, teve boa aceitação da classe trabalhadora durante as décadas de 1940 e 1960. A legislação trabalhista, na época, era ainda uma luta constante, pois, apesar de ser consolidada em 1943, estava muito longe de ser completamente efetiva na realidade da classe trabalhadora. Desse modo, para além das lutas cotidianas dos trabalhadores, a ideologia trabalhista, criada para defender ideais em favor dessa classe, se tornou em mais um instrumento de luta.

Portanto, para Pasqualini, o objetivo principal do trabalhismo era a luta contra o que ele denominava de usura social. Em função disso, ele formulou o seu programa com diretrizes que seriam orientações para as mudanças necessárias na organização da

sociedade em vista da eliminação da exploração da classe trabalhadora no modo de produção capitalista. Em função da proposição dessas mudanças, Pasqualini foi, equivocadamente, interpretado em sua época como socialista.

Entretanto, foi um reformista que lutou contra um tipo de capitalista, e a partir dele, pensou suas reformas. Foi contra um capitalismo que ele chamava de “agressivo e egoísta”, capaz de gerar opressão e miséria, que Pasqualini difundiu a ideologia trabalhista, em defesa de um sistema de produção mais “humanizado”, o qual ele denominava de “capitalismo solidarista”, ou seja, uma organização do modo de produção e da própria sociedade baseada nos princípios da cooperação e da solidariedade social. Nas palavras do autor esse *outro* capitalismo:

Parte da idéia de que toda forma de produção visa satisfazer necessidades humanas e que deve, em consequência, existir um nexo de solidariedade entre essas necessidades, os que detêm ou coordenam os meios de produção e os trabalhadores que acionam esses meios. Entende, por isso, que se deve instituir um sistema de cooperação social em que adjudicando embora aos coordenadores dos meios de produção ou capitalistas a parte que lhes é devida na produção de riqueza, se atenda, por outro lado, à contribuição prestada pelos trabalhadores e aos interesses gerais da coletividade (Idem, p. 43).

Desse modo, não preconizava o socialismo, mas uma forma de produção alternativa, regida por uma legislação justa, que levasse em conta a cooperação do trabalhador na produção dos bens materiais. Ou seja, um sistema no qual as relações entre o capital e os trabalhadores fosse um meio de expansão econômico e de bem-estar coletivo e não apenas um sistema produtor de lucro, concentrador de riqueza nas mãos de uma minoria detentora dos meios de produção. Sendo bastante claro e objetivo, Pasqualini deixou em sua obra o que pensava sobre o socialismo na sociedade brasileira de sua época, nas palavras do autor:

Pondo de lado quaisquer considerações sobre a orientação filosófica de certas formas de socialismo, mas encarando apenas o tipo de estrutura econômica que ele apresenta com o objetivo de obter a eliminação crescente da usura social ou da exploração do homem pelo homem, devemos observar que, no Brasil, não existiriam condições materiais, objetivas, nem condições psicológicas e políticas para a instituição do socialismo, isto é, não lograria aqui alcançar os objetivos visados [...] é preciso observar que a socialização “a posteriori” pressupõe sempre *algo que se possa socializar*. É necessário um certo desenvolvimento industrial, que não existe no Brasil, e que esse desenvolvimento tivesse atingido aqueles limites

em que já não seria conveniente que se mantivesse sob o regime de iniciativa privada. Pretender, por outro lado, criar um desenvolvimento econômico, sob a forma socialista, seria no Brasil, um contra-senso. Nem existem meios técnicos, nem meios financeiros, nem educação para tal empresa (Idem, p. 86-7).

Para Pasqualini, um país como o Brasil, na época em fase de pré-capitalização e de pré-industrialização, dependia muito da iniciativa privada, sob pena de liquidar a economia, caso fossem socializados os meios de produção. Isso não significava, entretanto, que o Estado, em certos casos, não devesse tomar a iniciativa dos empreendimentos econômicos, como era o caso das riquezas do subsolo e das fontes naturais de energia, as quais deveriam ser estatizadas. Por outro lado, o Estado não estaria “aparelhado” para assumir a responsabilidade de certos empreendimentos, pois a ação do Estado, muitas vezes burocrata, poderia aumentar o custo da produção, neutralizando qualquer benefício social que o sistema poderia proporcionar. Sendo assim, para Pasqualini, o Estado deveria assumir uma função de assistência e controle, “somente intervindo quando a iniciativa particular fosse impotente para atingir os fins colimados” (Idem, p. 60).

Apesar de a ideologia trabalhista ter sido fortemente influenciada pelo trabalhismo inglês, Pasqualini acreditava que o trabalhismo não poderia ser o mesmo em todo o mundo. Este precisava se adequar às peculiaridades de cada lugar, em função do grau de “civilização” e cultura de cada país. Para o autor, “civilizar-se” significava consciência<sup>33</sup> e capacidade de consumo. Ou seja, o grau de progresso, cultura e “civilidade” do mundo moderno estavam diretamente associados à capacidade de serem atendidas tanto as necessidades de consumo, quanto os meios capazes de atingi-la. E o principal *meio* para atender a tais necessidades seria o trabalho.

Para Pasqualini o conceito de trabalho incluía qualquer forma de atividade socialmente útil e não apenas o trabalho assalariado. O trabalho seria a forma individual de cooperação entre as classes sociais, porém, ele deveria trazer benefícios à coletividade e não apenas a quem o exerce, “a forma de cooperação é um intercâmbio de trabalho”. Esse intercâmbio se constituiria na produção e troca de bens e serviços dentro da organização social. Logo, a remuneração deveria graduar-se pelo valor social desse trabalho, com a garantia de uma remuneração mínima para as formas de trabalho menos qualificadas. Dessa forma, no pensamento do autor, “o poder aquisitivo deve ser

---

<sup>33</sup> Contudo, seria necessário “criar ou incutir na massa as necessidades” que o mundo moderno era capaz de satisfazer.

a contrapartida do trabalho socialmente útil. Esse trabalho é o único e verdadeiro lastro da moeda. A posse de poder aquisitivo, que não deriva dessa forma de trabalho, representa uma apropriação injusta do trabalho alheio e caracteriza-se como usura social” (Idem, p. 89).

Portanto, a participação de cada um no “acervo de bens produzidos” deveria estar diretamente relacionada ao grau de sua contribuição para a produção desses bens e para o bem-estar geral. Ou seja, a “justiça social” se concretizaria na medida em que, cada individuo tivesse acesso aos benefícios do consumo na “justa medida de suas necessidades e na justa proporção de seu trabalho”. Para Pasqualini, poder aquisitivo e trabalho deveriam ser expressões equivalentes. Nesse sentido, então, ao Estado caberia a tarefa de propiciar a todos o acesso ao trabalho, ou seja, através do acesso ao crédito poderia ser oferecido a todos igual oportunidade de ascensão social.<sup>34</sup>

Apesar da teoria trabalhista preocupar-se e difundir o “justo retorno” pela função social e econômica dos trabalhadores, não pretendia nenhuma mudança radical na ordem social. Pelo contrário, seu objetivo era incorporar a classe trabalhadora na “divisão” dos bens materiais de uma maneira gradual e dentro da ordem. Ou seja, na opinião de Pasqualini, era premente amenizar a “luta de classes” ou, mais eficaz seria, a eliminação de qualquer conflito entre as classes sociais. Por isso, no seu programa idealizava as relações na sociedade baseadas na cooperação e na solidariedade, já que o homem precisava viver em sociedade, e esta poderia estar organizada na forma de cooperação. Sendo assim, a atividade de cada um deveria ser uma atividade cooperante, ter sentido de utilidade social, sendo que essa forma individual de cooperação seria o trabalho. Por isso, a importância da construção de uma mística do trabalho. Seus métodos e soluções se baseavam na solidariedade entre as classes, e não na luta entre essas.

Na busca pela manutenção da estabilidade social, o trabalhismo seria também um mecanismo para concessões à classe trabalhadora, sendo guiado por uma elite progressista capaz de ceder aos poucos para evitar o conflito. Desse modo, o capitalismo que “aprofunda os desníveis sociais, que alimenta o descontentamento

---

<sup>34</sup> Eis porque, para Pasqualini, não bastava que a Constituição assegurasse a cada um, teoricamente, o direito ao trabalho, a melhorar as condições de vida e a igualdade de oportunidade. Era necessário que esses direitos e essa garantia de igualdade se tornassem efetivos mediante a disponibilidade de recursos necessários para esse fim. Para o autor, para que houvesse “igual” oportunidade não bastava, por exemplo, que se permitisse “juridicamente” a cada cidadão ou se lhe não proibisse o acesso à propriedade ou aos meios de elevar o seu padrão de existência. Era necessário que se assegurasse a *efetividade* desses meios. Sem isso não haveria “oportunidade”, muito menos “igual” oportunidade, que não tivesse um sentido teórico, mas um sentido concreto (Idem, p. 98).

popular, que gera, com seus processos, a revolta dos espíritos acirrando a luta de classes”, esse capitalismo, deveria ser modificado para um “capitalismo mais humanizado”, o “capitalismo solidarista”, capaz de evitar a “subversão social”.

Pode-se observar, portanto, que a via do trabalhismo foi uma bandeira que Pasqualini utilizou para sugerir mudanças em um modo de produção que já apresentava suas principais características, a exploração da mão-de-obra assalariada, bem como a desigualdade entre as classes sociais. O desenvolvimento do País, em vista de sua urbanização e industrialização, contrastava com a pauperização do proletariado que sobrevivia precariamente dentro de uma economia super inflacionária. E a “igual oportunidade para todos” não passava de uma fantasia, assim como, os direitos trabalhistas muitas vezes não eram mais do que “letra de lei”. Sem prescindir do sistema capitalista, Pasqualini acreditou em uma doutrina que defendesse a valorização do trabalho, pois esse como “fonte originária e primacial dos bens”, deveria ser valorizado a partir de sua utilidade social, visando a produção para o consumo de todos e para o bem-estar coletivo, e não uma produção que visa puramente o lucro. A capacidade de mudar a realidade encontrava-se na ideologia trabalhista, porque esta representava, ao mesmo tempo, uma doutrina social, uma técnica econômica e um movimento de opinião. Nas palavras do autor:

Vê-se, portanto, que o trabalhismo, quanto aos seus postulados e objetivos humanitários, é uma doutrina social: quanto aos meios e procedimentos para alcançar esses objetivos, é uma técnica econômica que se deverá socorrer dos dados e dos ensinamentos dos diferentes ramos da economia. Politicamente, o trabalhismo é um movimento de opinião tendente a obter a consecução dos seus objetivos através da ordem e do mecanismo jurídico-constitucional, isto é, através do poderes do Estado.<sup>35</sup>

Logo, pode-se definir, sinteticamente, o trabalhismo de Pasqualini como a defesa de uma sociedade organizada na base da cooperação e da solidariedade, na qual as classes sociais viveriam em harmonia e se desenvolveriam através da cooperação. Em consequência disso, se eliminaria todas as formas de exploração econômica e social, além de proporcionar a cada um os meios de imprimir a seu trabalho o maior coeficiente de utilidade social. Para que isso tudo fosse possível, o Estado deveria participar diretamente na economia nacional, orientando e oferecendo condições de trabalho e de

---

<sup>35</sup> Artigo de Pasqualini publicado no *Diário de Notícias* em 28/02/50, p. 96.



crédito, além de manter e ampliar a legislação social. Dessa forma, a tão almejada igualdade social se daria dentro da ordem.

## CAPÍTULO III - O PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

(1945-1964)

Com o fim do Estado Novo, em 1945, há um reordenamento do cenário político e a reorganização das instituições político-partidárias, tendo, a partir dali, um caráter nacional. Esse reordenamento traria consigo marcas de ruptura e continuidade dos quinze anos do governo Vargas. Não obstante, esse capítulo tem por objetivo contextualizar o surgimento do PTB, dando ênfase à influência sofrida pela política varguista neste Partido, além de observar sua trajetória e os desdobramentos políticos que o levaram ao desenvolvimento de um trabalhismo independente e alternativo ao que propiciou sua origem.

Apesar do ocaso do Estado Novo ter se dado em 1945, seu desgaste vinha já de algum tempo. As fortes pressões da oposição, em vista de seu governo marcadamente autoritário, atuaram com mais intensidade por influência do contexto de Guerra, exigindo, por isso, uma posição mais democrática. Desse modo, forçaram o governo também a se preparar, em certa medida, para um possível abandono do poder, organizando-se internamente para a transição que ocorreria em algum momento. Nesse sentido, mesmo alijado do poder, Vargas, no entanto, não deixaria de fazer parte das transformações prementes do contexto político nacional, tendo forte influência na nova formação partidária e estando diretamente ligado a criação de dois dos principais partidos da época<sup>36</sup>, a saber, o PTB e o Partido Social Democrático (PSD). O PSD estaria ligado ao PTB desde sua origem, tendo uma relação complexa marcada por coligações e por distanciamentos ideológicos. O afastamento se deu na medida em que o PTB se comprometeu com maior empenho por mudanças estruturais da realidade brasileira, no início da década de 1960, atitude condenada pela maior parte dos

---

<sup>36</sup> Além desses dois partidos, Vargas influenciou a União Democrática Brasileira (UDN), partido marcadamente antigetulista que fez virulenta oposição a Vargas e sua política de governo durante toda sua História. Segundo Maria Victória Benevides e Otávio Dulci, a UDN existia, em certa medida, em função de Vargas. Para melhor compreensão a respeito desta discussão, ver: BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **A UDN e o udenismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981; Otávio Dulci. **A UDN e o anti-populismo no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1986.

integrantes do PSD, que era um partido marcadamente conservador e representante de uma “elite política”<sup>37</sup> que estava satisfeita com a ordem social existente.

### **3.1 A Fundação do Partido Trabalhista Brasileiro**

Fundado num contexto de muitas transformações por que passava a História da democracia brasileira, o PTB foi um dos principais partidos atuantes do período entre 1945-1964. Sua origem e sua atividade suscitam ainda muitas discussões, sendo caracterizado por muitos estudiosos<sup>38</sup> como um partido fisiológico, criado para “manipular” os trabalhadores, através de instituições como o Ministério do Trabalho e a previdência social. Independente das muitas caracterizações que são dadas ao PTB, o que se constata é que ele fez parte de uma lógica de continuidade da política estadonovista, ou seja, ele estava inserido nos desdobramentos daquele período, por que teve que passar o governo a partir da queda do Estado Novo. Nesse sentido, o PTB seria representante da política trabalhista de Vargas, num novo contexto, no qual a representação se faria através de partidos políticos. Essa idéia é denominada pela autora Lucília de Almeida Neves Delgado de “continuismo na transformação”.

O projeto trabalhista de Vargas, acalentado durante todo seu governo, teve maior intensidade durante a política ministerial de Marcondes Filho<sup>39</sup>, a partir de 1942. Durante os anos em que esteve à frente do Ministério do Trabalho, este ministro, ladeado pelo DIP, pôs em prática diversos mecanismos capazes de insuflar a imagem de Vargas como o governante que doou, por benevolência e clarividência, a legislação social trabalhista. Assim, fez propagar no ideário popular a imagem de Vargas como o defensor dos trabalhadores e criador de uma política preocupada com o bem-estar social desses. Essa idéia seria traduzida por um jargão que ficou muito conhecido na memória coletiva de Vargas como “o pai dos pobres”.

Portanto, com as mudanças ocorridas, sendo preciso que todo esse ideário não se perdesse, convencionou-se então um “herdeiro” do trabalhismo varguista, através de

---

<sup>37</sup> O PSD representaria parte dos integrantes da máquina administrativa do governo Vargas, distribuídos entre funcionários do governo e interventores estaduais.

<sup>38</sup> Essa interpretação sobre o PTB pode ser encontrada em Angela de Castro Gomes, Maria Celina D’Araújo e Lucília de Almeida Neves Delgado, todas indicadas na bibliografia.

<sup>39</sup> Uma boa explanação sobre as práticas implementadas pelo governo nesse período pode ser visto no capítulo 6 de “A invenção do trabalhismo” de Angela de Castro Gomes, indicada na bibliografia.

uma política institucionalizada, por intermédio da representação via partido político, a saber, o PTB.

Estavam constituídas, então, as principais características deste Partido, ou seja, um partido de cunho trabalhista voltado essencialmente para a mobilização dos seguimentos assalariados, um “partido de massas” que atenderia as demandas da crescente leva de assalariados urbano-industrial, o qual crescia à medida que se desenvolvia a economia e industrialização do País. Além disso, e por isso, por se reportar a essa parcela da sociedade, o PTB também estaria vinculado aos sindicatos, importantíssimos meios de representação dos trabalhadores e muito valorizados por Vargas, tanto que em seus dois governos, quanto fora deles, nunca se preocupou em esconder seu “apartidarismo”, ressaltando em várias ocasiões que os sindicatos seriam os legítimos representantes dos trabalhadores.

A busca pela legitimidade nos primeiros anos do PTB, portanto, estaria fortemente vinculado à orientação de Vargas, tanto no que diz respeito as suas diretrizes político-partidárias, num sentido mais pragmático de sua atividade, quanto no apelo carismático e na mística ligada à imagem do ex-ditador. No entanto, com o decorrer dos anos, mesmo sem nunca se desligar totalmente de sua imagem, o PTB se afastaria da órbita de Vargas, principalmente após seu suicídio, e construiria um trabalhismo alternativo<sup>40</sup> ao trabalhismo varguista.

Contudo, a formação de um partido voltado para o operariado, supostamente aos moldes do Partido Trabalhista Britânico<sup>41</sup>, era também uma alternativa para arregimentar esse seguimento da sociedade que tinha o Partido Comunista do Brasil (PCB) como opção de voto.<sup>42</sup> Pois, o PCB voltava à legalidade e crescia a passos largos na nova ordem política. Mantido na ilegalidade quase desde a sua fundação, em 1922, com raros momentos de atuação pública (com atuação majoritariamente clandestina) e

---

<sup>40</sup> Para maior esclarecimento sobre as mudanças que o PTB e o trabalhismo tiveram consultar a obra “PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)” indicado na bibliografia.

<sup>41</sup> Para Delgado: “apesar de o trabalhismo do PTB ter buscado inspirar-se no Labour Party inglês para a elaboração de seu corpo doutrinário, no Brasil, o programa do partido se sustentaria em especificidades peculiares à história política social brasileira: a defesa da legislação trabalhista e social da primeira era Vargas; a luta contra a pobreza, a resistência ao avanço imperialista e, por fim, o culto ao getulismo que, apesar de não uniforme, seria predominante no partido. O trabalhismo inglês seria tão só uma roupagem neutra, sem expressão real que os fundadores do partido insistiram em dar ao PTB” (1989, p. 78)

<sup>42</sup> A questão da criação do PTB, em função da concorrência com o PCB, provoca discordâncias entre autores. Na visão de Lucilia de Almeida Neves Delgado, por exemplo, a criação do PTB objetivava, em primeiro lugar, evitar que o PCB invadisse e arregimentasse para seus quadros setores do movimento sindical e trabalhista, já para Angela de Castro Gomes e Maria Celina D’Araujo, a criação do PTB era uma “cunha” entre as massas trabalhadoras e o comunismo, mas não era um partido cujo móvel e sentido fosse o anticomunismo.

sofrendo de sobremaneira com o virulento anticomunismo do Estado Novo, o PCB se reorganizava, em 1945, de maneira muito eficiente, marcando forte presença e disputando diretamente o voto operário. Nesse sentido, é provável que a criação do PTB também tenha sido influenciada pela atuação constante do PCB que, mesmo nos anos de sua ilegalidade, se manteve junto às demandas trabalhistas.

Não obstante, o fato é que esses dois partidos foram muito importantes na condução de uma política alternativa, que buscava junto aos trabalhadores a satisfação de seus interesses e por isso disputavam seu apoio, independente da tônica anticomunista comum à época. Em vista dessa “semelhança”, houve entre os dois partidos uma aproximação, em meados da década de 1950, quando o PCB se organizou nos sindicatos oficiais, dos quais o PTB estava fortemente vinculado, em vista, inclusive, da atuação do ministro do trabalho, João Goulart, o Jango, que também era seu presidente.

Já para Luiz Carlos Prestes, “O PTB era o movimento sindical”, pois “tinha força justamente nos sindicatos subordinados ao Ministério do Trabalho”, com dirigentes que até hoje são do governo.<sup>43</sup> Nesse sentido, o interesse na aproximação foi recíproco, motivando ambos os partidos, seja pelo nacionalismo que representou um projeto de nação e envolveu vários seguimentos da sociedade civil, seja pela política na luta por reformas sociais que mudassem a estrutura social brasileira.

Os primeiros anos do PTB foram marcados por uma atuação fortemente atrelada aos sindicatos que eram subordinados ao Ministério do Trabalho, os chamados sindicatos oficiais. Essa estratégia seguia a orientação de Vargas, que desde a idealização do PTB estimulou a política junto aos sindicatos como um distintivo do Partido. Investindo fortemente nessa política, através do aparato institucional do governo, por meio do predomínio do Ministério do Trabalho, que teve quase como uma norma um ministro do PTB, e também através de organismos como a previdência social, o PTB usaria o Estado como base de sustento e ação, fortalecendo seu programa frente aos trabalhadores, assim como trazendo militantes aos quadros do Partido.

Segundo Delgado, o PTB sustentava uma dupla ação: por fora do aparelho de Estado, desenvolvendo um forte programa de reivindicações por reformas

---

<sup>43</sup> Declaração de Luiz Carlos Prestes, em entrevista a autora, em outubro de 1985 (DELGADO, 1989, p. 03). Mesmo a declaração vindo de Prestes é necessário contextualizá-la, no sentido de que quando ele se refere ao movimento sindical *como* o PTB, está se referindo a forte atuação do Partido dentro dos sindicatos na órbita do Estado e não ao movimento sindical como um todo, e relativizá-la no sentido da força do PTB nos sindicatos.

socioeconômicas, e por dentro das instituições estatais, pressionando para que o governo adotasse como norma administrativa a execução de programas e medidas relativos às reivindicações pleiteadas. Essa política, determinada por certo oficialismo, foi acusada de paternalista e marcou profundamente o PTB, tanto que, anos mais tarde, quando sua proposta e linha de atuação se tornaram mais autônomas, o Partido não conseguia se libertar por completo da vinculação ao Estado, através do Ministério do Trabalho, e dos sindicatos, através da estrutura sindical oficial.

Portanto, a posição do PTB no cenário político demonstrava a complexa relação entre Estado/partido/classe trabalhadora. Desde o dia de sua fundação, o PTB traria como marca de seu desempenho a tríade característica, denominada por Delgado de “ambivalência- continuidade- transformação”, pois, pensado para atuar como mediador junto aos trabalhadores e ao movimento sindical, ele também era responsável pela mobilização em prol das demandas dessa mesma classe. Esse foi, portanto, um fator que mudou o perfil inicial do Partido e o transformou ao longo dos anos. Segue a autora:

Fundado num contexto no qual a oposição fazia uma forte campanha antigetulista e anti Estado Novo, o PTB se propunha a defender as leis trabalhistas herdadas do antigo regime. Todavia, para se tornar legítimo e popular, o partido acenava com propostas de maior liberdade para os sindicatos, maior participação dos trabalhadores na vida política nacional, além de oferecer alternativas possíveis de maiores ganhos salariais e benefícios trabalhistas. Esses pontos seriam incluídos no programa e no estatuto do PTB e transformar-se-iam em bandeiras de luta da agremiação e reais objetivos políticos e sociais de seus integrantes, que teriam se filiado ao partido, atraídos por esses pontos de seu programa (Idem, p. 35).

O PTB não seria um grande partido, com um número significativo de filiados até a década de 1960, tampouco apresentaria nomes influentes da política e, ao contrário do PSD, sua estrutura estadual e municipal era quase inexistente. Apresentava, no entanto, um forte atrativo aos trabalhadores, em vista de sua política trabalhista que prometia manter e ampliar os direitos trabalhistas, o que fez com que o Partido constantemente fosse crescendo e ganhando espaço na política, fazendo com que o número de senadores, governadores, deputados federais e estaduais, prefeitos e vereadores aumentassem de número a cada eleição. Chegando a ter, em meados da década de 1960, a maior bancada na Câmara dos Deputados, além do presidente João Goulart.

Apesar disso, as divergências internas do Partido foram também constantes, demonstrando disputas por cargos de poder, dentro da estrutura interna ou das estruturas

que sempre estiveram ligadas a ele, como o Ministério do Trabalho e a Previdência Social; seja por diferenças ideológicas e doutrinárias - conservadores *versus* reformistas; seja por disputas regionais.

Neves (2001) classifica<sup>44</sup> a heterogeneidade do PTB dentro de correntes distintas, na tentativa de ilustrar os conflitos político-ideológicos presentes durante toda a História do Partido. Nesse sentido, o trabalhismo se distinguia dentro do PTB em três diferentes tendências, a saber:

- os *getulistas pragmáticos* – na sua maioria burocratas vinculados à estrutura do Estado, tendo como principal artífice o próprio Vargas e com inspiração em algumas características do trabalhismo inglês. Buscavam corresponder a uma alternativa ao comunismo e ao socialismo, organizando um partido “*para os trabalhadores não dos trabalhadores*”, fortemente vinculado ao Estado, via ministérios do Trabalho e Previdência Social, traçando uma forma de cidadania participativa controlada pelas instituições governamentais;

- havia também uma segunda corrente, denominada de *doutrinadores trabalhistas* – intelectuais orgânicos que tinham em Alberto Pasqualini seu principal expoente. Defendiam uma maior independência do PTB em relação ao aparelho burocrático do governo e ao “trabalhismo getulista”. Além disso, propunham um “alargamento” das funções do Estado como meio de dinamizar o sistema capitalista e torná-lo mais justo, tônica essa que vai nortear o trabalhismo idealizado por Pasqualini. Defendiam ainda a educação política do povo “para proporcionar melhores condições de raciocínio e autodeterminação”;

- por fim, havia os *pragmáticos reformistas* – seus principais líderes foram Leonel Brizola e João Goulart, que atuaram principalmente na segunda metade da década de 1950, influenciados por um contexto de forte nacionalismo, “amalgamando” em sua prática político-partidária características das outras duas tendências e radicalizando a favor das reformas de base.

Contudo, se os conflitos internos do Partido contribuíram para retardar o processo de consolidação de um PTB mais independente, eles também estimularam uma dinâmica interna nos seus primeiros anos, a qual definiria, posteriormente, com predominância do reformismo, uma nova linha de atuação para o Partido.

---

<sup>44</sup> Diferentes classificações das correntes existentes no PTB podem ser encontradas na própria autora (DELGADO, 1989, p. 59) e na obra de Miguel Bodea. Porém, em Bodea a análise prioriza o PTB do Rio Grande do Sul.

### 3.2 O PTB após 1954

O pleito de 1951 trouxe Vargas de volta ao governo, pela primeira vez, através do voto direto. Porém, seu projeto baseado na conciliação não teve sucesso, enfrentando o descontentamento de vários setores da sociedade e uma virulenta oposição política das classes dominantes brasileiras, principalmente representadas na UDN e sua “banda de música”.

Getúlio se suicidou antes do término do mandato. A morte de Vargas representaria para o PTB uma reestruturação do Partido em níveis doutrinários e ideológicos, caracterizada pela busca de uma via mais autônoma do que até então o Partido havia seguido. Este processo se tornou uma exigência daquele processo histórico, pois “pensar e estruturar o PTB numa organização política e construir um trabalhismo distinto do de Getúlio eram desafios que até certo ponto, se impunham para a continuidade do partido” (GOMES; D’ARAÚJO, 1989, p. 35).

Os conflitos dentro do Partido já denunciavam o descontentamento de parte dos integrantes que há muito queriam se desvincular, em certa medida, da imagem de Vargas e, principalmente, do trabalhismo getulista, construindo um trabalhismo mais de acordo com as feições do PTB. Destarte, os conflitos e divergências na busca de poder traziam no seu bojo discussões a respeito do tipo de compromisso que o Partido deveria assumir frente ao movimento popular. Nesse sentido, o PTB vivia, de certa forma, uma crise de identidade. Enquanto Vargas esteve vivo, sua imagem e força eram maiores que o próprio PTB, se tornando quase impossível para o Partido se desligar de sua imagem, até porque dela tiravam proveito. Porém, com sua morte, tornou-se premente a necessidade de uma nova proposta política, um novo programa político-programático.

Essa nova linha de atuação se constituiria, posteriormente, num trabalhismo nacional-reformista.

O partido crescia a cada eleição de maneira desordenada, sendo que, os diretórios estaduais e municipais ou eram inexistentes ou mantinham uma organização deficiente, porém, algumas seções conseguiram se estabelecer com bases sólidas. Foi o caso do PTB gaúcho, pois “no Rio Grande do Sul o PTB era o partido hegemônico e esta seção regional era a mais importante do país”. Assim, “não é surpreendente que nasça exatamente no Rio Grande do Sul um dos esforços mais marcantes de construção de uma doutrina trabalhista para o partido: Alberto Pasqualini” (Idem, p. 38).



Figura de grande militância política no Partido, ao mesmo tempo, desenvolvia ampla atividade intelectual na busca por uma doutrina mais aprimorada, de um trabalhismo mais “moderno”, o qual exigia a ampliação do papel do Estado, que ficou conhecido na historiografia como um “trabalhismo socializante”. Neste sentido, para Angela de Castro Gomes,

A marca do PTB foi sempre a defesa e a expansão da obra social de Vargas, mas, as variantes e os matizes ideológicos que poderiam dela derivar foram múltiplos. Tanto é assim que a definição dos conteúdos do trabalhismo se tornou um acirrado campo de disputas, além de sofrer transformações ao longo do tempo. Nesse sentido, ele foi sendo associado a sindicalismo, a getulismo, a nacionalismo, a socialismo, a reformismo, a corporativismo, à democracia social e até mesmo a comunismo (2007, p. 65).

A mudança<sup>45</sup> do PTB se deu fundamentalmente devido a renovação nos quadros do Partido, em meados da década de 1950. As novas lideranças, como Jango<sup>46</sup> e Brizola, viabilizaram mudanças que muitos integrantes, a exemplo de Pasqualini, já defendiam. Essa nova geração de políticos partia de um ideário marcado por propostas nacionalistas e projetos de reformas sociais e econômicas, dentre as quais, a pedra de toque, a reforma agrária. Esse novo posicionamento, mais “agressivo” e mais contundente, constituiria a identidade do trabalhismo petebista, capaz de transformar o PTB num partido trabalhista de fato, em sintonia com as mudanças do contexto em que estava inserido.

Segundo Angela de Castro Gomes, o período entre 1954 e 1964, marca, portanto, um processo de afirmação e renovação do Partido, no qual, o PTB, não perde características ligadas a ele desde sua origem, tais como o fisiologismo e o getulismo,

---

<sup>45</sup> Para Angela de Castro Gomes, neste período, quando novos temas foram inseridos à referência original do trabalhismo, modificando-o de maneira significativa, é que o trabalhismo começou a se estruturar como uma tradição da política brasileira, capaz de mobilizar eleitores e ser mobilizada por políticos. (2007, p. 74).

<sup>46</sup> Recorrendo ao diálogo e a conciliação, mas igualmente a métodos centralizadores e instituindo a intolerância para conter insatisfeitos com sua liderança na presidência do PTB, Goulart protagonizou um período de transição na História do Trabalhismo Brasileiro. Procurando redefinir o PTB em termos ideológicos, programáticos e organizacionais, além de reformular as relações de seu Partido com sua própria base social – os trabalhadores e o sindicato –, Goulart esforçou-se para atualizar o trabalhismo (FERREIRA, 2005, p. 120-121). Na gestão de Goulart, no Ministério do Trabalho, no Segundo Governo de Vargas, as escolhas dos líderes e dirigentes sindicais foram mobilizar as bases, intensificar o ritmo das reivindicações e lutar por maior autonomia, mas também, e no mesmo movimento, estreitar as suas relações com o Estado, através dos órgãos da Previdência Social, incluindo nessa última opção as práticas de clientelismo, do fisiologismo e do empreguismo. Assim, não há motivos para vitimizar o movimento sindical, transformando os trabalhadores em seres ingênuos, sem percepção crítica, sempre manipulados e disponíveis para a cooptação do Estado (Idem, p. 112-113).

renovando ideologicamente o trabalhismo. Numa linha de continuidades e rupturas, “os bons resultados do PTB e de seu trabalhismo abarcam ao mesmo tempo, nacionalismo, reformismo, clientelismo e empreguismo” (GOMES, op. cit., 2007, p. 75).

O trabalhismo do PTB mesclava elementos da social democracia e do assistencialismo estatal, baseado na distribuição de bens e benefícios, se constituindo num programa de reformas sociais nacionalistas e desenvolvimentistas. Desde sua fundação, o Partido defendeu temas como a ampliação dos direitos trabalhistas, uma política de planificação econômica dirigida pelo Estado, a distribuição de renda e de riquezas, a extinção do latifúndio improdutivo, o incentivo à solidariedade entre todos os cidadãos visando à paz social, entre outros (NEVES, 2001, p. 171). Não obstante, mais do que uma doutrina a ser executada pelo Partido, a nova linha de atuação do PTB constituiu-se num projeto de Nação.

As transformações por que passaria o PTB, resultariam em profundas marcas na História Política Brasileira, pois o Partido tornou-se porta voz das tão ambicionadas reformas de base, dentro de um discurso nacionalista, que visava à libertação econômica do imperialismo. Confundindo-se com os movimentos sociais, a coalizão pró-reformas fundou, em 1963, a Frente de Mobilização Popular, liderada por Brizola. Ou seja, a “ala radical” do PTB<sup>47</sup> se unia as principais organizações de esquerda que lutavam pelas reformas de base. Tendo forte aceitação nas Forças Armadas, a FMP mobilizava grande parte da sociedade – camponeses, movimento sindical e estudantil – e aterrorizava outra, os conservadores.

Assim sendo, em meados da década de 1960, a manutenção da ordem democrática começou a entrar em colapso. Os sindicalistas<sup>48</sup> e petebistas haviam crescido em número e alterado suas formas organizativas<sup>49</sup>, radicalizando em termos ideológicos. Atuando através do Congresso e com a mobilização direta, o PTB acreditava ser a hora de tomar o poder. O lema “reformas de base na lei ou na marra”

---

<sup>47</sup> A ala radical do PTB propunha a convocação de uma Assembléia Constituinte e o fechamento do Congresso Nacional, por considerá-lo em sua grande maioria conservador, tornando-se um obstáculo a realização das reformas de base. Previa ainda, a tomada de poder, lutando pelas reforma a qualquer preço.

<sup>48</sup> Além das greves e reivindicações por reajustes salariais, os sindicalistas começaram a lutar também na dimensão política, indo além das reivindicações econômicas. Nesse período, no qual a prática política do movimento sindical ampliou-se, não houve uma imposição “de cima”. Houve reconhecimento de interesses e diálogo entre Estado e classe trabalhadora. Portanto, antes de arbitrariamente denominar o sindicalismo de “pelego”, ou mesmo de “amarelo”, é preciso reconhecer a capacidade de escolha e de defesa de seus interesses, presentes nas lutas e reivindicações de cada categoria no interior do próprio conflito social (FERREIRA, op. cit., 2005, p. 156).

<sup>49</sup> Assim, segundo Ferreira, durante o governo de Goulart, sob a influência crescente do PCB e da esquerda do PTB, o movimento sindical unificou-se sob a sigla do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), realizando grandes mobilizações e greves que agitaram o País (Idem, p. 329).

foi sua bandeira durante o período<sup>50</sup>. A conjuntura política chegou ao seu extremo quando, em 1964, ocorre o Golpe Civil-Militar brasileiro e, em 1965, com o AI 2, se dá a extinção do PTB.

A violenta Ditadura que se iniciou calou muitas vozes que clamavam pelas reformas sociais, mas não foi capaz de sepultá-las, pois, ainda hoje elas continuam vivas dentro de vários partidos políticos e de movimentos sociais que têm ainda os mesmos objetivos de transformação social dentro do sistema capitalista.

### **3.3. A Relação Entre Pasqualini e Vargas no PTB Sul-Riograndense**

A aglutinação inicial das forças gaúchas obedeceu a um padrão semelhante aquele verificado no cenário nacional, partidos pró-Getúlio e partidos antigetulista. De maneira geral, os partidos eram muito heterogêneos, tendo oligarquias alijadas do poder por ocasião do Movimento de 1930 ou mesmo grupos que ascenderam politicamente durante o regime do Estado Novo, sem nenhuma unidade político-ideológica ou mesmo programática.

Não obstante, o PTB se configurou em um dos principais partidos desse período e dos anos posteriores, se destacando entre as outras instituições, contando para isso com figuras importantes tanto em nível regional, caso de Alberto Pasqualini, como em nível nacional, no caso do próprio Vargas, que vão orientar política e ideologicamente o Partido.

Baseando-se na teoria de Bodea, podemos definir o surgimento do PTB através da união de três vertentes:

- a primeira, chamada “*corrente sindicalista*” foi composta por um núcleo de lideranças sindicais que se forjaram antes ou durante o Estado Novo e que transcenderam ao regime. Ela constituiria o núcleo inicial do PTB, sendo considerada por muitos, os fundadores do Partido no Rio Grande do Sul;

---

<sup>50</sup> Para Ferreira, o lema que pregava ser a ‘Constituição intocável’ passou a ser defendida pelos conservadores. Para impedir as reformas, eles proferiam discursos de defesa da ordem legal” (Ibid, p. 366).

- a segunda vertente, denominada *doutrinário-pasqualinista*, tem origem bastante distinta da anterior, tratando-se de um círculo de intelectuais progressistas, na sua maioria profissionais liberais. É nesta vertente que se destaca o principal teórico e doutrinador do Partido: Alberto Pasqualini;

- a terceira vertente formadora do PTB, denominada *pragmático-getulista*, apresentou um setor composto por “políticos profissionais” oriundos do PSD e que passaram a transferir-se, sob orientação direta de Vargas, do PSD para o PTB.<sup>51</sup>

Para Bodea, ao contrário do que ocorreu com o PTB nacional, o PTB rio-grandense revelou uma estrutura que permite caracterizá-lo como partido político na concepção gramsciana do termo, ou seja, ele vai fugir a tendência de ser um partido “fraco”, onde líder político aparece como “catalizador” da expressão política dos grupos sociais, ao invés das organizações políticas, como os partidos. Entretanto, para que o PTB se estruturasse e se organizasse, projetando-se como um partido “forte”<sup>52</sup>, foi necessária a relação de complementaridade, entre um líder político, identificado na figura de Vargas, e um líder teórico, identificado na figura de Pasqualini.

Nesse sentido, houve então uma “divisão de tarefas”<sup>53</sup> que gerou uma relação de complementaridade, porém, com aspectos conflitivos. Essa divisão se deu em três diferentes níveis: no primeiro, na “estratégia política global”, ocorreu uma relação de complementaridade conflitiva entre o projeto político nacional (Vargas) e o projeto de construção do Partido Trabalhista (Pasqualini); no segundo, na questão da divisão geográfica das lideranças, gera-se uma relação conflitiva entre liderança política nacional (Vargas) e a liderança política regional (Pasqualini); por fim, na divisão de funções político-partidárias, situa-se uma complementaridade conflitiva entre o

---

<sup>51</sup> Ao contrário da histórica união em nível nacional, o PTB e o PSD rio-grandense vão delineando uma cisão durante seu período de formação

<sup>52</sup> Já em 1947 o PTB do Rio Grande do Sul vinha demonstrando capacidade de concorrer sozinho em eleições majoritárias. Do ponto de vista nacional, no entanto, era impossível disputar as eleições somente através do PTB. Para tanto, Pasqualini e a maioria dos trabalhistas procuraram, sobretudo, fortalecer e consolidar o PTB estadual em oposição à máquina do PSD e em detrimento das tentativas getulistas de consolidar uma aliança PTB-PSD em nível regional. Depois de reconhecer a força desse movimento, Getúlio não propôs uma aliança regional PTB-PSD nas eleições de 1950, quando Pasqualini fez forte campanha a favor de Vargas. No entanto, a vitória de Vargas e seu retorno ao governo geraram uma nova situação de conflito e distanciamento em relação a Pasqualini e a base trabalhista gaúcha. Pois, “não se materializariam as esperanças dos trabalhistas gaúchos de ver Pasqualini no Ministério do Trabalho, nem de terem voz e vez num governo federal de tipo partidário, no estilo do governo trabalhista estadual de Ernesto Dornelles” (Idem, p. 168).

<sup>53</sup> O autor coloca ainda que, essa “divisão de tarefas” transcende o próprio Vargas e Pasqualini. Após 1954, uma nova dupla tomaria o lugar no cenário político, como herdeiros diretos: em nível regional, Brizola no lugar de Pasqualini; em nível nacional, João Goulart no lugar de Vargas.

estrategista político (Vargas) e o doutrinador e teórico (Pasqualini). Nas palavras do autor:

Em cada um destes níveis, a divisão de tarefas entre ambos os líderes é, aparentemente, nítida e clara, salientando o aspecto de complementaridade das lideranças. No entanto, cada tarefa engendra prioridades distintas e precisa ser cumprida em contextos diferenciados de evolução da luta política, gerando por sua vez, a componente conflitiva no relacionamento entre Vargas e Pasqualini (BODEA, 1992, p. 140).

Dessa forma, para Vargas, o PTB era uma componente importante, porém não exclusiva, de um projeto político mais amplo de implantação de um modelo de desenvolvimento nacional autônomo. Mas, para Pasqualini, o PTB era o instrumento fundamental de transformação para uma sociedade mais justa. A estratégia de Vargas partia da premissa que tanto a legislação trabalhista quanto o modelo de desenvolvimento nacional autônomo encontravam-se ameaçados pelo “perigo do retorno ao poder de forças liberal-conservadoras vinculadas às oligarquias tradicionais e aliadas aos grandes interesses econômicos externos”. Assim a questão da “defesa da soberania nacional” tornava-se uma das bandeiras de Vargas contra o imperialismo, representado, principalmente, pelos Estados Unidos da América. Para possibilitar o desenvolvimento de seu projeto, Vargas participou da criação de dois partidos em 1945. Apoiando-se numa “ambivalência”, pensou um partido nacional que centralizasse e arregimentasse as forças políticas vinculadas às oligarquias locais, subordinando-as aos interesses maiores da estratégia de desenvolvimento nacional autônomo – o PSD. E outro partido de mobilização popular, potencialmente progressista, um grande partido de massas urbano, que mobilizasse o voto operário e popular – o PTB.

Não obstante, em Pasqualini, ao contrário de Vargas, o PTB não se inseria em uma “estratégia dual de articulação político-partidária”. O partido político, assim, constituía-se no instrumento fundamental de implementação de um projeto de reformas sociais. Outro ponto de divergência entre Vargas e Pasqualini, era que este não concordava com o esquema de alianças ou coalizões partidárias. Entretanto, as alianças interpartidárias, que Pasqualini rejeitava, acabariam se efetivando em nível intrapartidário, na busca por ampliação da base social do PTB. Já que Pasqualini defendia um partido amplo, compreendendo todos os que aceitassem o programa trabalhista, pois, segundo ele: “*O que faz do trabalhista é a mentalidade, não a profissão*”, o que acabava por gerar uma concepção policlassista do Partido. Porém,

todas essas diferenças não impediram que a teoria de Pasqualini em muito se inspirasse em Vargas como, por exemplo, na busca da incorporação ordenada da classe operária e das massas trabalhadoras no processo de desenvolvimento e modernização da Nação, na própria defesa da legislação trabalhista e também na defesa de ampla intervenção do Estado na economia.

Dentro da divisão político-partidária, Bodea baseia-se na concepção de Gramsci de *partidos políticos*.<sup>54</sup> Assim, um projeto de construção de partido político partiria da elaboração de uma “visão de mundo” a partir da qual se construiria uma vontade coletiva, através da “organização dos que compartilham dessa visão”. Na sociedade civil, o partido realizaria o trabalho de “conquista de consciências”, o qual permitiria criar uma unidade entre teoria e prática. Só a partir da constituição dessa unidade, a “visão de mundo” se transformaria em força social e política efetiva. Nesse sentido, o partido político se constitui num “intelectual orgânico coletivo” de um grupo social, procurando estabelecer sua hegemonia sobre o conjunto da sociedade, através de uma combinação de “consenso” e “coerção”, modalidades essenciais de exercício de poder, segundo Gramsci. Desta forma, para Bodea,

O “trabalhismo” em sentido amplo, isto é, como corrente doutrinária e movimento social, tanto no nível da visão dos seus dirigentes quanto na cristalização de um “senso comum” no âmbito das massas, pode ser considerado *partido político* justamente quando definido de forma abrangente, transcendendo o próprio PTB do Rio Grande do Sul como secção partidária e também o período específico analisado, 1945-54 (Idem, p.180).

Esta divisão, segundo Bodea, se dá da seguinte maneira:

Na verdade, aplicando-se a visão gramsciana de dicotomia sociedade civil/sociedade política como dois momentos distintos da esfera superestrutural, pode-se interpretar o papel de Pasqualini como vinculado essencialmente à busca da construção do “consenso” no patamar da *sociedade civil*, enquanto a trajetória de Vargas vincula-se à articulação do poder no nível da *sociedade política* – isto é, a busca da direção da sociedade como um todo, quando a hegemonia construída ao nível da sociedade civil alia-se à força da “coerção” que só o controle do aparelho de Estado permite ter. É deste modo que ambos expressam duas faces distintas, porém necessariamente complementares, no processo de construção do trabalhismo enquanto *partido político* (Idem, p.180).

---

<sup>54</sup> O partido político, em Gramsci, situa-se como um corpo intermediário entre ambas as esferas estruturais: ele nasce na *sociedade civil*, onde prevalece o aspecto da articulação do “consenso” e projeta-se dentro da *sociedade política*, procurando conquistar a direção do aparelho de Estado, o que permitirá a ele exercer também a função de “coerção” na construção de sua *hegemonia política* sobre o conjunto da sociedade (Idem, p. 178).

Entretanto, as tarefas que deveriam ser complementares entram em um descompasso marcado por fases de conflito entre os dois líderes. Pasqualini privilegia a formação do Partido, a partir da sua cisão e oposição, no plano ideológico e doutrinário, em relação às demais forças políticas, principalmente o PSD. Vargas, ao contrário, busca privilegiar a etapa de alianças e de uma política de poder que extrapola o campo “puramente doutrinário”, uma política que se projetasse como “força hegemônica” em nível nacional.

Portanto o trabalhismo, enquanto formação partidária, no seu processo de evolução, acabou por transformar-se em um partido político das classes trabalhadoras, funcionando como um “intelectual orgânico coletivo” capaz de orientar reformas sociais. Desta forma, o discurso trabalhista, a articulação do PTB como partido de mobilização político-eleitoral, tomou “ressonância popular” e adquiriu cada vez mais uma dinâmica própria, ancorada na sociedade civil. Portanto, é fácil entender por que o trabalhismo não se restringiu a um estado só, como o Rio Grande do Sul, ele foi um projeto muito mais amplo, o qual, durante as décadas de 1940, 1950 e 1960, representou esperanças de mudanças na realidade política, social e econômica no Brasil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o historiador *concluir* é algo bastante difícil, frente ao objeto de estudo de que somos acometidos. O processo social está sempre em movimento, e o objeto está sempre em uma temporalidade que não é a nossa. O resgate, portanto, se torna delicado e passível de várias interpretações, e, conseqüentemente, de vários erros.

Foi sob erros e acertos que esta monografia procurou fazer um estudo introdutório sobre a História da Ideologia Trabalhista na visão de Alberto Pasqualini. Além disso, se procurou alinhar sua relação com o Partido Trabalhista Brasileiro e com os desdobramentos políticos e sociais do período compreendido entre 1945 a 1964.

Num contexto de pós-guerra, no qual o mundo ficaria dividido ideologicamente entre o capitalismo e o comunismo, Pasqualini idealizou uma alternativa aos dois modelos. Com uma ideologia política mais a “esquerda”, acreditava nas transformações sociais a partir de reformas e da cooperação entre as classes sociais. Essas reformas no capitalismo seriam feitas através da participação do Estado na economia e de uma legislação justa que regulasse a relação entre capital e trabalho. Sua teoria teve forte influência do humanismo, da doutrina social cristã e do trabalhismo inglês, o que acabaria por aproximá-la das políticas ideológicas das sociais-democracias e do Estado de bem-estar social desenvolvidos na Europa. Para Pasqualini, a simples defesa dos trabalhadores, através da legislação social trabalhista, seria um paliativo sem as devidas alterações nas relações de produção. Nesse sentido, o “capitalismo egoísta”, que alimentava as desigualdades sociais e a luta de classes, deveria ser alterado para um “capitalismo solidarista”, no qual houvesse a submissão dos interesses privados em prol dos interesses da coletividade e do bem comum.

Entretanto, essas reformas na estrutura social deveriam se localizar no próprio sistema capitalista e, principalmente, de maneira ordenada e tranqüila. Longe de defender mudanças profundas de qualquer natureza, seja de ordem política, econômica ou cultural, Pasqualini pregava mudanças na relação entre capital e trabalho sem que se mexesse nas estruturas de poder estabelecidas e sem mudanças drásticas nas instituições sócio-políticas. Através de reformas graduais na legislação, Pasqualini procurou valorizar o trabalho e o trabalhador na medida em que os aproximava das riquezas produzidas por estes, ou seja, através da ampliação de seu consumo. Nesse sentido, negava a necessidade da luta de classes, pelo contrário, acreditava que através da



colaboração entre as classes sociais se atingiria o bem-estar coletivo e a prosperidade da nação.

Para realizar os objetivos de sua política doutrinária ou a ideologia trabalhista, Pasqualini se uniu ao PTB. Partido que por conta de sua origem trazia a intenção de representar a crescente classe trabalhadora urbana. No entanto, mais do que um provável “competidor” frente ao crescimento do PCB, mais do que um “braço à esquerda” de Vargas, para Pasqualini o PTB era um instrumento transformador. Na defesa dos interesses e das reivindicações das classes trabalhadoras, como mediador por essência das relações entre a sociedade civil e o Estado, o partido político era para Pasqualini “veículo de uma idéia”. Neste sentido, possuía também uma dimensão educativa e, por isso, transformadora.

Influenciado pelo contexto anticomunista e reformista de sua época, Pasqualini defendeu a classe trabalhadora dentro de uma lógica um tanto quanto positivista, da ordem para obter o progresso, ou seja, sem radicalizar, sem revolucionar. A partir de seu reformismo, juntou características do socialismo e do capitalismo para amparar sua teoria e oferecer uma alternativa a realidade excludente de seu tempo. Sua ideologia serviu como base para as lideranças políticas do PTB e esteve fortemente vinculada aos desdobramentos políticos que levaram ao Golpe Civil Militar de 1964. A chamada “Ala Radical”, com apoio do então Presidente da República, João Goulart, apoiados em sua teoria, radicalizaram na defesa das reformas de base.

Talvez por ter sido contemporâneo de duas grandes guerras e das profundas mudanças por que passou o Brasil e o mundo no século XX, talvez por ter origem num mundo colonial de pequenos imigrantes e ter convivido com a elite intelectual e política do País, talvez por tudo isso, Pasqualini tenha adquirido uma aguçada sensibilidade pelos problemas sociais. Ao observar os artigos publicados em jornais, discursos, conferências, entrevistas, pronunciamentos no Senado, ao longo de sua vida, nota-se uma coerência na defesa de seus ideais de justiça social.

Pasqualini, no entanto, não veria a influência de sua ideologia no conturbado cenário político que se formou, em meados da década de 1960<sup>55</sup>, tampouco a classe trabalhadora ou mesmo a sociedade seriam testemunhas de mudanças estruturais que modificassem a realidade social brasileira. A Ditadura Civil Militar durou mais de vinte anos, voltamos à democracia e as mudanças ainda estão por vir.

---

<sup>55</sup> O teórico teve um acidente vascular cerebral, em 1955, que o deixou paralisado, até sua morte em 1960.

## BIBLIOGRAFIA

### Referências:

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **A UDN e o udenismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BODEA, Miguel. **Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992.

BANDINELLI, Viviane. **A historiografia de Jorge Ferreira e a crítica ao populismo**. Monografia de Trabalho de Conclusão de Graduação. Santa Maria: UFSM-Curso de História-Licenciatura Plena e Bacharelado, 2008.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)**. São Paulo: Marco Zero, 1989.

DULCI, Otávio. **A UDN e o anti-populismo no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1986.

DUTRA, Milton. **O trabalhismo de Pasqualini**. Porto Alegre: Editora Intermédio, 1986.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: populismo na política brasileira. In. FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua História: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

\_\_\_\_\_. **O imaginário Trabalhista**. Getulismo, PTB e cultura política popular. 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERREIRA, Jorge. REIS, Daniel Aarão (orgs). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 2. ed. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994.

\_\_\_\_\_. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In. FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua História: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In. FERREIRA, Jorge. REIS, Daniel Aarão (orgs). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GOMES, Angela de Castro; D'ARAÚJO, Maria Celina. **Getulismo e trabalhismo**. São Paulo: Ática, 1989.

GRIJÓ, Alberto Luiz. Alberto Pasqualini: o teórico do trabalhismo. In. FERREIRA, Jorge. REIS, Daniel Aarão (orgs). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

KONRAD, Diorge Alceno. **O fantasma do medo: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937)**. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp-IFCH, 2004.]

MACIEL, Eliane Cruxên Barros de Almeida. Nota biográfica. In. SIMON, Pedro (orgs). Alberto Pasqualini. **Textos escolhidos**. Brasília, Senado Federal, 2001.

NEVES, Lucília de Almeida. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um Projeto para o Brasil (1945-1964). In. FERREIRA, Jorge (orgs). **O Populismo e sua História**. Debate e Crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

PASQUALINI, Alberto. **Bases e sugestões para uma política social**. Santa Maria: Pallotti, 1994.

SIMON, Pedro (orgs). **Alberto Pasqualini**. Textos escolhidos. Brasília: Senado Federal, 2001.

**Bibliografia Complementar:**

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Sindicatos, carisma e poder**. O PTB de 1945-1965. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FERREIRA, Jorge. GOMES; Angela de Castro. **Jango: as múltiplas faces**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: o retorno da história política. In. **Estudos Históricos**, Dossiê Teoria e História, n. 10. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1992.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2004.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos. Problemas teóricos e práticos. In. **Estudos Históricos**, Dossiê Teoria e História, v. 5, n. 10, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1992.

REMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

TRONCA, Ítalo. **Revolução de 1930**: a dominação oculta. São Paulo: Brasiliense, 1983.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. In. **Estudos Históricos**, Dossiê História e Região, v. 15, n. 30. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1995.

SILVA, Roberto Bitencourt da. O partido político como organismo educativo. In. **Revista Democratizar**, v. II, n 2, mai/ago 2008. Disponível em: [http://www.faecet.rj.gov.br/desup/images/democratizar/v2-n2/art\\_roberto\\_bitencourt.pdf](http://www.faecet.rj.gov.br/desup/images/democratizar/v2-n2/art_roberto_bitencourt.pdf). Acesso em: 20 de outubro de 2010.

SILVA, Ricardo Oliveira da. Trabalhismo e questão agrária: introdução ao estudo do pensamento político de Fernando Ferrari. In. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 88, set. 2008. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/088/88silva.htm>. Acesso em: 10 de janeiro de 2011.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.